
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Antônio Álamo Feitosa Saraiva | Foto: Acervo pessoal

Para um ensino cidadão – Resenha de *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*, de Antônio Álamo F. Saraiva, Flaviana J. de Lima, Olga A. Barros e Renan A. M. Bantin

Itamar Freitas (UFS) e Jane Semeão (URCA)

Resumo: *Guia de Fósseis da Bacia do Araripe*, organizado por Antônio Álamo Feitosa Saraiva e outros, visa orientar identificação e preservação paleontológica regional. Falhas estruturais nos capítulos históricos enfraquecem a narrativa. Ilustrações, didática e aplicabilidade escolar são grandes méritos.

Palavras-chave: Paleontologia; bacia do Araripe; patrimônio cultural; fósseis.

Foi lançado em novembro último o *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*, um trabalho de fôlego que reúne pesquisas publicadas nos últimos 10 anos sobre a matéria, organizado pelos professores Antônio Álamo Feitosa Saraiva, Olga Alcântara Barros, Renan Alfredo Machado Bantin, atuantes na Universidade Regional do Cariri – URCA, e Flaviana Jorge de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.



Como o próprio título anuncia, trata-se de um *Guia*, um instrumento de pesquisa que orienta os trabalhadores envolvidos com o estudo dos fósseis nas tarefas de identificação, descrição, classificação e avaliação de material paleontológico encontrável na região. Para Alexander Kellner, paleógrafo e diretor do Museu Nacional (RJ), o guia expressa a qualidade do trabalho dos pesquisadores das universidades federais de Campina Grande, do Ceará, da Rural de Pernambuco e do Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens (além das já citadas URCA e UFPE), a riqueza singular do material paleontológico encontrado na região e a oportunidade de combater o tráfico de fósseis com ações educativas de amplo alcance comunitário.

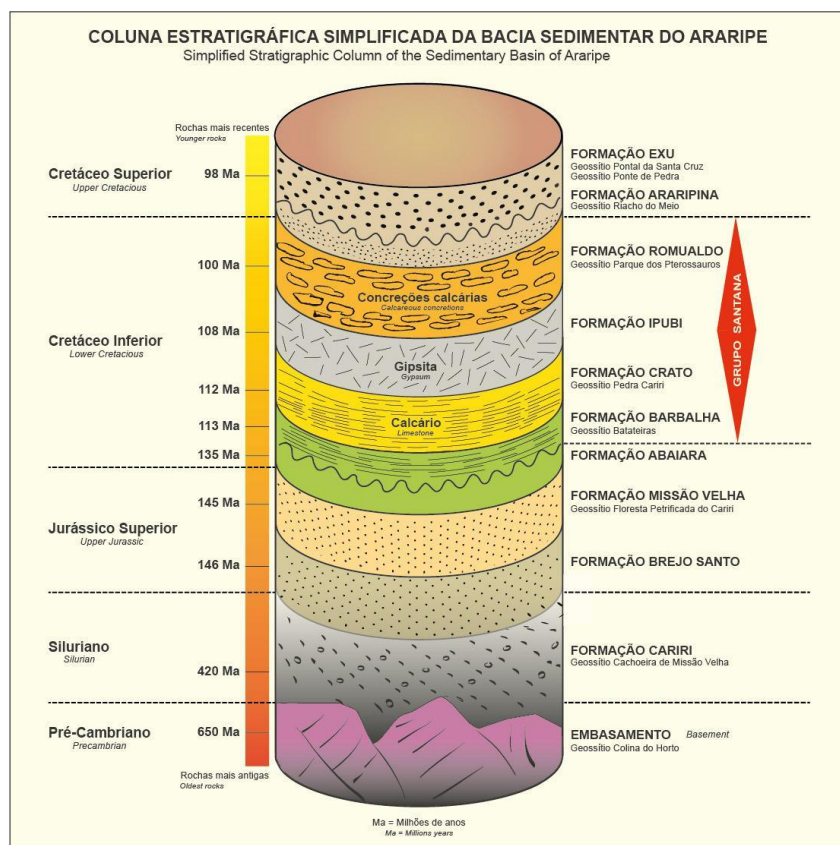
Adiantemos o nosso *verdicto* quanto ao cumprimento dos objetivos: a obra, efetivamente, cumpre a função projetada. Leigos na matéria (mas conhecedores de princípios científicos) vão se sentir atraídos e confortáveis ao folhear o livro. São vinte capítulos, dezesseis dos quais dedicados ao objeto primeiro (os fósseis), de modo sistemático: designação, ilustração primeira da espécie, locais onde são encontrados, “dicas de identificação”, fotografia do original, desenho correspondente à fotografia e referências das obras consultadas na descrição/classificação.

É um belo artefato. A ilustração do paleoartista João Eudes é primorosa. Das aberturas de capítulo às vinhetas, das ilustrações de capa às representações de plantas e animais, o livro “enche os olhos” e transporta o leitor aos tempos imemoriais. O livro também é prático. Cabe no bolso e não vai perder as folhas com o uso.

Quanto ao conteúdo substantivo informacional, apontamos inadequações. A primeira tem a ver com a arquitetura da informação. Se é um “guia de fósseis” (de plantas, fungos, peixes e dinossauros, por exemplo), os textos sobre a Geologia da bacia do Araripe, histórico das pesquisas paleontológicas, sobre o Museu de Paleontologia e o Laboratório de Paleontologia da URCA destoam no plano (na condição de capítulos). Cabem como seções apartadas do tipo introdução e até apêndice.

Outras imperfeições dizem respeito à condução da matéria. Da primeira parte – “A Geologia da Bacia do Araripe” –, nada temos a reparar e muito a valorar. Aí, Bantin, Lima e Saraiva situam a bacia do Araripe (entre os estados do Piauí, Ceará e Pernambuco) e datam a sua formação, que alcança o período Pré-Cambriano, ou seja, algo em torno de 4,5 bilhões de anos. Não pensem que a informação está assim sintetizada. O capítulo é para iniciados (ao menos os iniciantes dos cursos de Geologia, Biologia, Paleontologia e Arqueologia).

Ainda nesta primeira parte, os autores abordam os tempos da terra do Cariri ao modo dos geólogos (escala de eras – escala de bilhões e milhões de anos), evidentemente. Narram a espessura das camadas que correspondem, grosso modo, a períodos históricos da Terra mãe. Falam de “sequências”, “formações” e, o melhor de todos, os “afioramentos”, ou seja, os fenômenos pelos quais as rochas se mostram aos nossos olhos, se desnudam, vêm à superfície, demonstrando a constituição material original daquela parcela da Bacia. Esses afioramentos, encontráveis, por exemplo, nos municípios de Brejo Santo e Missão Velha são testemunhos, fontes, evidências que ajudam a contar a história daquela extensão de terra.



Coluna estratigráfica simplificada da Bacia Sedimentar do Araripe | Imagem: “Fósseis da Chapada do Araripe – uma odisséia no Cretáceo”, de Alexander Kellner e Álamo Feitosa

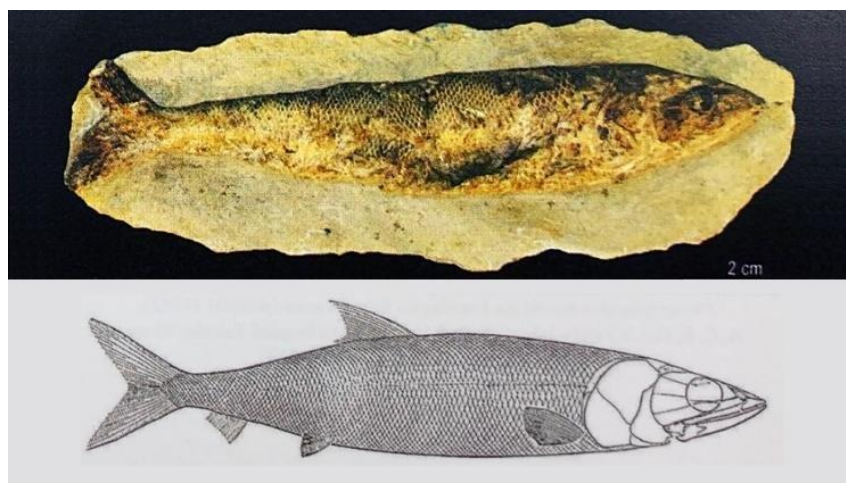
Na segunda parte, os autores saltam do tempo geológico ao tempo histórico (escala de séculos e décadas). As fontes são os relatórios de viagem, as ilustrações a grafite/carvão, fotografias e, em tempo mais recente, os relatórios de repartições estatais de combate às secas e a produção acadêmica universitária, sobretudo artigos publicados em periódicos científicos que ajudam a contar o percurso das pesquisas paleontológicas na área. Os personagens, por seu turno, são os viajantes, os naturalistas, os curiosos e os acontecimentos que ganham a forma de achados, interesses iniciais, iniciativas beneméritas e visionárias, como as do Presidente da Sociedade Brasileira de Paleontologia, Diógenes de Almeida Campos, e do prefeito de Santana do Cariri – CE, Plácido Cidade Nuvens, o fundador do Museu de Paleontologia na referida cidade.

Essa é a seção frágil da obra. Não apenas pela minúscula participação no *Guia* (oito páginas em 378). Os autores, claro, são absolvidos pela confissão do título dessa parte: trata-se de “Breve histórico das pesquisas paleontológicas na bacia do Araripe”. No entanto, devem ser responsabilizados pelas escolhas na estruturação da narrativa. Eles possuem as mais qualificadas fontes, além de o seu líder, Álamo Saraiva, conservar imenso estoque de memórias das práticas paleontológicas do lugar e dos pesquisadores que lá trabalharam nos últimos 40 anos. A história da Ciência, contudo, é estruturada na ideia de descoberta individual e de pioneirismo, apoiada em cronologia linear e obscurecendo fatores como acaso, erro, fracassos e má fé, que constituem a própria historicidade das práticas paleontológicas, algo que os organizadores bem conhecem na lida diária. Pelo pouco que sabemos, a narrativa dessas práticas não é uma progressão linear em direção ao final superfeliz.

Para os capítulos referentes ao Museu e ao Laboratório, somente estima. Ambos destacam funções sociais da pesquisa paleontológica na região, ou seja, registram elementos da historicidade da reflexão e da prática nesse domínio científico, com destaque para o ensino, em níveis superior e básico. Sobre o laboratório, os autores resenham brevemente a sua constituição, responsáveis, instalações e atividades desenvolvidas desde 2003. Tudo isso acompanhado por fotografias sobre o cotidiano da pesquisa paleontológica, envolvendo profissionais docentes e alunos de graduação.

Já o texto sobre Museu, com escrita fluida, clara e didática, é um convite à visita. Aliás, o escrito bem poderia basear um primeiro ensaio de museu virtual, armazenado no sistema de informação da própria URCA. Pensamos, inclusive, que é modéstia dos autores situar o Museu como referência no estudo da Paleontologia, apenas, para o “Nordeste”. A representação que finaliza o capítulo (embora não datada) é literalmente icônica: retrata o fundador do Museu, Plácido Cidade Nuvens, e o paleontólogo Alexander Kellner entre crianças, no que seria uma aula sobre fósseis de Pterossauro.

É com essa função de disseminadora de conhecimento científico e de boas práticas educacionais, que gostaríamos de passar a parte mais prazerosa do nosso comentário, considerando que os senões apontados até aqui podem ser resolvidos em uma provável segunda edição. Assim, indicaremos alguns usos que a obra vislumbra ao trabalho dos professores de História da região que atuam, principalmente, nos anos finais do Ensino Fundamental.



Peixe *Paraelops cearensis* (MPSC P784) | Foto: Thatiany Batista. Ilustração: Arte modificada de Maisey (1991). (Saraiva et al., 2021, p.239)

Uma primeira possibilidade que o guia oferece aos docentes é o de, numa escala local/global, abordar aspectos relacionados à formação geológica da terra e aos processos de evolução das espécies. Embora matéria específica das ciências da natureza e, em certa medida, da Geografia, a discussão sobre a teoria da evolução e a dinâmica da formação da terra a partir de conteúdos substantivos/eixos temáticos como o surgimento da espécie humana, seus deslocamentos pelos continentes e processos de sedentarização, permite estabelecer relações entre mundo natural/fenômenos naturais e processos históricos/sociais.

Ao comparar, por exemplo, imagens de fósseis presentes no livro a alguns de seus ascendentes atuais, somada às informações fornecidas pelos autores e aos conhecimentos do professor sobre teoria da evolução, é possível relacionar diferentes escalas de tempo e perceber mudanças/permanências nas transformações dos seres vivos. Essa estratégia pode, assim, preparar os alunos para discussão e compreensão dos processos evolutivos da própria espécie humana e, numa perspectiva histórica, de sua mutação e organização em grupos a partir das relações estabelecidas com suas condições de existência (meio ambiente) e, mais ainda, das próprias modificações do mundo natural ao longo do tempo pela ação humana (Cultura). Dessa forma, ao relacionar processos evolutivos humanos a de outros seres vivos, o professor de História possibilita aos alunos o entendimento de que não apenas interagimos com a natureza como dela fazemos parte, rejeitando a dicotomia entre Cultura e natureza.

Na esteira desse argumento, outra perspectiva de trabalho com o *Guia* para os professores de História diz respeito à temática dos Patrimônios e sua interface com a das Identidades. No Cariri cearense, tradicionalmente, tem-se priorizado a discussão sobre patrimônio e “patrimonialização” a partir de aspectos de sua cultura material e imaterial (conjuntos arquitetônicos, práticas religiosas, artesanato, grupos musicais e de dança, por exemplo) e as configurações identitárias daí resultantes. A própria historiografia local, nesse sentido, tem desenvolvido ótimos trabalhos problematizando tais relações.

O que pode ser proposto aos alunos da escola básica, a partir do *Guia de Fósseis*, é reflexão sobre a reserva fossilífera da Bacia do Araripe também como patrimônio. Essa tarefa pode ser realizada ao destacar-se a importância científica dos fósseis para se contar a história dos processos de formação geológica da terra e da evolução das espécies. Também pode ser cumprida em sintonia com o que dispõe a Constituição Brasileira de 1988 (Artigo 216) acerca da noção de Patrimônio Cultural, associando-o à de patrimônio natural pelos docentes, promovendo-se aprendizados relativos aos processos naturais e humanos que, ao longo do tempo, foram (re)configurando o espaço caririense e atribuindo-lhe diversos sentidos identitários.

Desse modo, os capítulos intitulados “Breve histórico das pesquisas paleontológicas na Bacia do Araripe” (cap. 2), “Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens” (cap. 19) e “O Laboratório de Paleontologia da URCA-LPU” (cap. 20), podem ser utilizados como recursos para problematizar a importância histórica e cultural desses testemunhos do passado. Ao historicizarem o desenvolvimento das pesquisas paleontológicas na Bacia do Araripe, os capítulos 02 e 20 evidenciam a importância científica e, portanto, cultural, de seus fósseis para estabelecimento de elos entre passado, presente e futuro da terra e da humanidade.

Da mesma forma, o capítulo que conta a história de criação do [Museu de Paleontologia na cidade de Santana do Cariri](#), além de função semelhante aos outros que foram recortados e servir para conhecimento da trajetória de sua constituição, permite pensar sobre a própria constituição de identidades regionais a partir do processo de “musealização” que realiza ao expor os fósseis encontrados na região. Isso é possível se levarmos em consideração que, ao criar-se um espaço de guarda e salvaguarda dessas peças, atribui-se a elas um valor cultural para a região. O recrudescimento das pesquisas paleontológicas, a ampliação do acervo do museu e de seu espaço, o crescente aumento de seus visitantes e a visibilidade que tem adquirido ao longo dos anos exemplificam como a presença de fósseis no sul cearense tem sido incorporada aos discursos instituidores de uma identidade regional.

Nas discussões sobre os processos que envolvem a interação humano/natureza, e em diálogo com a chamada História Ambiental, o *Guia* oferece um importante recurso: as imagens de fósseis, acompanhadas de suas dicas de identificação. De modo lúdico e informativo, as imagens podem ser usadas para interligar ensino de História e História Ambiental, considerando a caracterização da fauna e flora e a sua eventual comparação com a situação atual do ecossistema da região.

Ao problematizar historicamente as interações entre natureza e seres humanos, a História Ambiental, em outra vertente, também permite que os textos e imagens disponibilizados no guia sejam utilizados como instrumentos para a discussão sobre a apropriação simbólica dos vestígios e restos de seres vivos preservados pela natureza há milhares de anos. Nesse aspecto, é possível relacionar História/Cultura e natureza, no tempo presente, para discutir a culturalização desses objetos naturais na definição da região do Cariri cearense, abrindo caminhos para abordar atos de (re)conhecimento e de relações identitárias entre a sociedade, o mundo natural e a região.

Em todos os exemplos acima, o professor de História desenvolverá junto aos alunos a percepção da História como conhecimento que mobiliza temporalidades diversas, que relaciona passado/presente/futuro, que trabalha com a ideia de continuidades e descontinuidades, que possui várias possibilidades de abordagem das ações humanas e de fontes para compreendê-las. Usado sozinho ou somado a outros recursos de ensino, o guia, portanto, pode ser um bom instrumento didático nas aulas de História.

Como tentamos demonstrar até aqui, o *Guia de fósseis da Bacia do Araripe* emergiu, nesse ano de 2021 (o ano em que as ciências estiveram sob o mais forte ataque do bolsonarismo), como uma ferramenta de campo, laboratório e sala de aula para noviços e profissionais estudiosos da Paleontologia. O artefato, contudo, oferece todas as possibilidades de fomentar (e fundamentar) uma política sistemática de ensino de Ciências para a educação básica nas escolas da região, acompanhada de projetos que visem o cultivo de valores relativos à cidadania, em termos de conhecimento e preservação do patrimônio cultural.

Sumário do *Guia de fósseis da bacia do Araripe*

Prefácio

Autores

Apresentação

A geologia da bacia do Araripe | Renan Alfredo Machado Bantim, Flaviana Jorge de Lima e Antônio Álamo Feitosa Saraiva

Breve histórico das pesquisas paleontológicas na bacia do Araripe | Renan Alfredo Machado Bantim, Flaviana Jorge de Lima e Antônio Álamo Feitosa Saraiva

1. Plantas | Flaviana Jorge de Lima, Ana Maria de Souza Alves e Alita Maria Neves Ribeiro
2. Fungos | Antônio Álamo Feitosa Saraiva
3. Moluscos | Damares Ribeiro Alencar e Silvio Felipe Barbosa de Lima
4. Crustáceos | Damares Ribeiro Alencar e Olga Alcântara Barros
5. Miriápodes | Elis Maria Gomes Santana e Renan Alfredo Machado Bantim
6. Aracnídeos | Elis Maria Gomes Santana e Edilson Bezerra dos Santos Filho
7. Insetos | Edilson Bezerra dos Santos Filho e Gustavo Gomes Pinho
8. Equinodermas | Damares Ribeiro Alencar e Antônio Álamo Feitosa Saraiva
9. Peixes | Thatiany Alencar Batista e José Lucio e Silva
10. Anfíbios | Thatiany Alencar Batista e José Lucio e Silva
11. Tartarugas | Gustavo Ribeiro Oliveira e Thatiany Alencar Batista
12. Crocodilos | Renan Alfredo Machado Bantim
13. Lagartos | Renan Alfredo Machado Bantim
14. Pterossauros | Renan Alfredo Machado Bantim
15. Dinossauros e aves | Renan Alfredo Machado Bantim
16. Iconofósseis | Edilson Bezerra dos Santos Filho e Thatiany Alencar Batista

17. O Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens | Antony Thierry de Oliveira Salú e José Lucio e Silva
18. O Laboratório de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – LPU | Antônio Álamo Feitosa Saraiva

Resenhistas



Jane Semeão é doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e editora do blog *Resenha Crítica*. Um “oásis” chamado Cariri: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970) e “O que a Austrália tem nos ensinar?” O Tempo Presente nos programas de História produzidos pela Australian Curriculum and Assessment Authority – ANCARA (2008-2013). ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5231907042464544>; ID: <https://orcid.org/0000-0001-6804-1640>. E-mail:

janesemeão@globo.com.



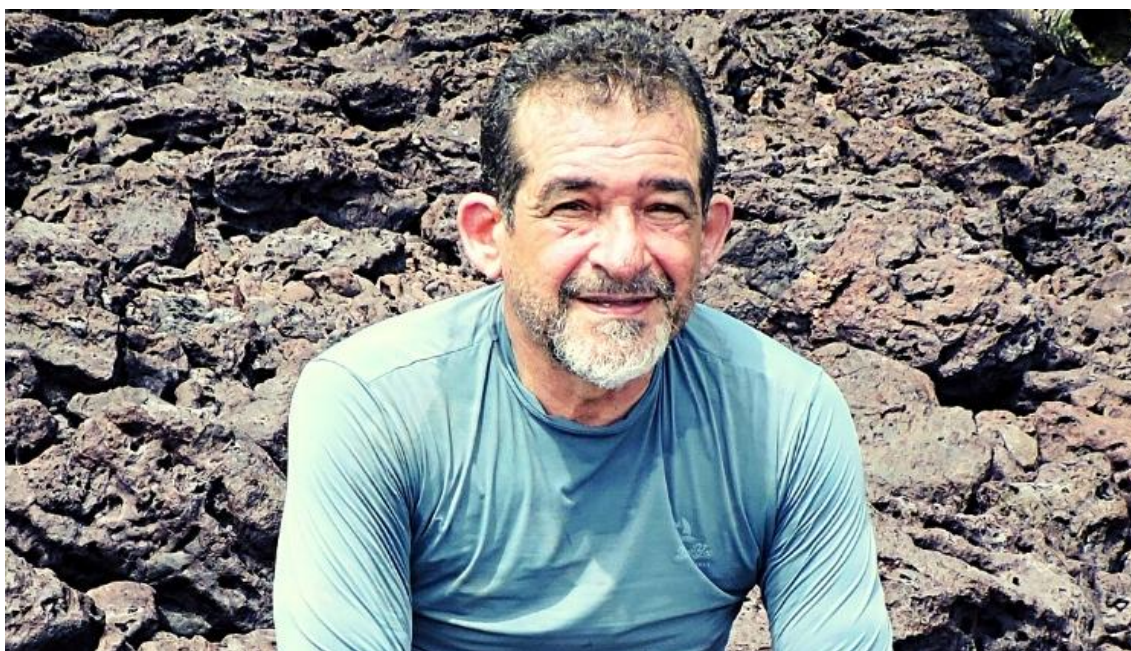
Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca (1903-1986)”. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5606084251637102>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>; E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com.

Para citar esta resenha

SARAIVA, Antônio Álamo Feitosa de; LIMA, Flaviana Jorge de; BARROS, Olga A.; BANTIM, Renan (org.). *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*. Crato: Olga Alcântara Barros; Governo do Estado do Ceará, 2021. 378p. Resenha de: SEMEÃO, Jane; FREITAS, Itamar. Para um ensino cidadão. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.4, p.1-8, mar./abr., 2022. ID DOI: [10.29327/254374.2.4-1](https://doi.org/10.29327/254374.2.4-1).

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Antônio Álamo Feitosa Saraiva | Foto: Acervo pessoal

Formação básica para a Paleontologia e o Ensino Médio – Resenha de *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*, de Antônio Álamo F. Saraiva, Flaviana Jorge de Lima, Olga A. Barros e Renan A. M. Bantim

Francisco Egberto de Melo (URCA)

Resumo: Guia de Fósseis da Bacia do Araripe, organizado por Antônio Álamo Feitosa Saraiva e equipe, visa identificar fósseis e preservar o patrimônio regional. Faltam ajustes didáticos mais claros para uso escolar. Atualização de descobertas, ilustrações ricas e aplicação interdisciplinar são grandes qualidades.

Palavras-chave: fósseis; bacia do Araripe; ensino interdisciplinar, Paleontologia.

O livro *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*, organizado por Antônio Álamo Feitosa Saraiva, Flaviana Jorge de Lima, Olga Alcântara Barros e Renan Alfredo Machado Bantim, além de trazer a descrição dos vários tipos de fósseis do Período Cretáceo, como: plantas, fungos, moluscos, crustáceos, pterossauros, dinossauros e lagartos, é uma excelente referência a ser usada por professores da área de Ciências Humanas na educação básica, inclusive no Ensino Médio, considerada como Ciências Sociais Aplicadas, mesmo que essa não tenha sido a intenção dos seus autores.



Os estudos de paleontologia, tendo à frente os autores do livro, vêm se destacando na região do Cariri (Ceará, Piauí e Pernambuco), principalmente pelo seu caráter de preservação da riqueza fossilífera da região bem como pela preocupação em combater o tráfico de fósseis encontrados nas encostas da Chapada do Araripe. As pesquisas para localização e identificação das mais variadas espécies que habitaram a Bacia do Araripe, desenvolvidas pelo Laboratório de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri (LPU/URCA) e lideradas pelo professor Álamo Saraiva, são fundamentais para preservação do importante patrimônio científico e cultural da humanidade. Como reconhecimento internacional destas pesquisas pela comunidade científica internacional, destaca-se a criação do primeiro Geopark no Brasil ([Geopark Araripe](#)), o que fortalece ainda mais as identidades regionais e cultiva os necessários valores para o pensamento e a prática preservacionista.

O *Guia* é uma atualização de outras versões (2010, 2013 e 2015), aprimorado pela inserção de novas descobertas e por uma editoração gráfica bastante atrativa, principalmente pelas fotos e ilustrações em cor que dialogam com os textos descritivos. São escritos objetivos e detalhados de cada espécie que viveu na região há milhões de anos, em uma área que se estende por 12.000 Km².

Embora o objetivo do “Guia” seja a identificação dos fósseis encontrados pelos paleontólogos na vasta região do Cariri, as imagens e escritos trazem uma excelente possibilidade para a melhor compreensão dos estudos básicos de taxonomia de fósseis, paleontologia e geologia, notadamente no contexto de diferentes cenários paleogeográficos da evolução geológica das bacias do nordeste do Brasil entre o Devoniano Superior e o início do Cretáceo. Mas, é também um instrumento para a educação regular no Ensino Médio, como tratarei ao final desta resenha.

Dois capítulos antecedem a descrição das espécies. Ainda que tenham um caráter introdutório, as descrições são importantes referências para estudos aplicados à educação básica. O primeiro capítulo, “A geologia da Bacia do Araripe”, escrito por Renan Bantim, Flaviana Lima e Álamo Saraiva, traz um mapa geológico com a localização das dez unidades geológicas: a Sequência Paleozóica, com a formação Cariri; a Supersequência Pré-Rife, com as formações Brejo Santo e Missão Velha; a Supersequência Rife, com a

formação Abaiara; a Supersequência Pós-Rifte, constituída pelas formações Barbalha, Crato, Ipubi e Romualdo; temos, ainda, as formações de Araripina e Exu.



Mapa geológico da Bacia Sedimentar do Araripe. Modificado de Mário Assine (Saraiva et. al, 2021, p.15)

No segundo capítulo, os mesmos autores fazem um “breve histórico das pesquisas paleontológicas na Bacia do Araripe”. Descrevem, de forma cronológica, o desenvolvimento da paleontologia, desde que as petrificações de peixes e anfíbios geraram interesses nos cientistas alemães Spix e von Martius, ainda no início do século XIX. Segundo os autores, no relatório dos dois viajantes consta a primeira ilustração de um fóssil encontrado naquele local. Os autores citam Cope, Woodard e Jordan & Branner como pesquisadores que também se interessaram pelos fósseis do Araripe. No século XX, os estudos sobre a Bacia do Araripe ganharam status de preocupação oficial do estado brasileiro, por meio da Inspeção de Obras contra as Secas, tendo sido importantes os trabalhos de Crandall, em 1910, e Horace, em 1913.

O capítulo 3, organizado pelas pesquisadoras Flaviana Jorge de Lima, Ana Maria de Souza Alves e Alita Maria Neves Ribeiro, é dedicado à descrição da paleoflora da Bacia do Araripe. A maior preservação se encontra na formação rochosa do Grupo Santana, especialmente as formações Crato e Romualdo, predominando as gimnospermas. É possível, todavia, encontrá-las na Formação Missão Velha, Barbalha e Ipubi. Também já foram localizadas e descritas plantas pteridófilas e angiospermas. Após a rápida introdução do capítulo, as autoras apresentam as plantas divididas em Filicófitas; Coníferas; Gnetales; Gimnosperma Incertae sedis; Angiospermas. Cada planta é descrita pelo nome da espécie, local de custódia do Holótipo, sítio de ocorrência mais comum e dicas de identificação, juntamente com uma imagem do espécime (holótipo). Esse esquema de apresentação do conteúdo se repete nos demais capítulos.

O Capítulo 4, de Álamo Saraiva, é dedicado aos fungos, representados pelo espécime *Gondwanagaricites magnificus*. Sua descrição segue o padrão: espécie, Holótipo, Ocorrência, Dicas de identificação e imagem acompanhada de escala. Já o capítulo 5 trata dos Moluscos e foi organizado por Damares Ribeiro Alencar e Sílvio Felipe Barbosa de Lima. Os moluscos fósseis da Bacia do Araripe são frequentes desde o Jurássico Superior até o Cretáceo Inferior, respectivamente, nas formações Brejo Santo e Romualdo.

O capítulo 6, organizado por Damares Ribeiro Alencar e Olga Alcântara Barros, aborda os crustáceos, divididos em: camarões, caranguejos e microcrustáceos que, por sua vez, são

subdivididos em Copépodes, Ostracodas e Conchostráceos. O capítulo 7, dedicado às miriápodes, foi escrito por Elis Maria Gomes Santana e Renan Alfredo Machado Bantim. Ao menos três espécies foram encontradas na formação Crato e descritas a partir de holótipos depositados em Museus da Alemanha. Também são registradas as ocorrências de cada espécie, acompanhadas de datação cronológica e “dicas de identificação”. Elis Maria Gomes Santana e Edilson Bezerra dos Santos Filho (capítulo 8) escreveram sobre a identificação dos aracnídeos, mais bem preservados na formação Crato. Seu trabalho privilegia dois escorpiões, um Uropígio, um Amblipígio, um Solífugo, um Ácaro e cinco aranhas.

O capítulo 9, composto por Edilson Bezerra dos Santos Filho e Gustavo Gomes Pinho, traz a maior diversidade fóssil da Bacia do Araripe, os Insetos, predominando, quase exclusivamente, na Formação Crato, na qual foram descritas 14 famílias e 53 espécies. O Guia apresenta descrição detalhada de 27 insetos, no mesmo padrão das demais descrições (p. 163-189), além de quadro com as 387 espécies, distribuídas em 22 famílias e 17 ordens, que já foram descritas para a Bacia do Araripe (p. 191-207).

O capítulo 10, escrito por Damares Ribeiro Alencar e Antônio Álamo Feitosa Saraiva, trata dos Equinodermas. A ocorrência desses animais fósseis é mais frequente na Formação Romualdo, sendo importante evidência de ambientes marinhos com elevada salinidade. O Guia traz a descrição de quatro espécies de equinodermas, seguindo o mesmo padrão com o nome da espécie e a localização dos holótipos (2), espécime (1) e Lectótipo (1).

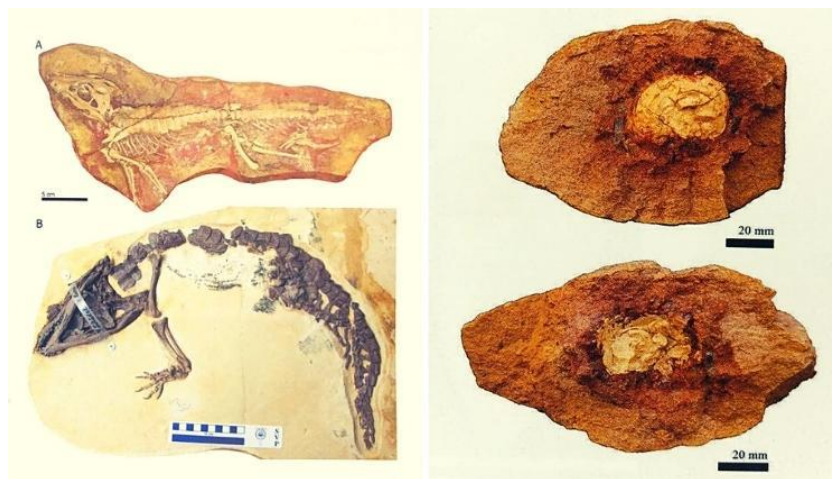
O texto de Thatiany Alencar Batista e José Lúcio e Silva (capítulo 11) trata dos peixes encontrados nas Formações Brejo Santo, Barbalha, Crato, Ipubi e Romualdo. Ao todo, são 35 espécies são descritas no guia. Já o Capítulo 12, escrito por Thatiany Alencar Batista e José Lúcio e Silva, descreve seis espécies de anfíbios. Em seguida, vem o capítulo 13 com 4 espécies de tartarugas, cuja descrição ficou a cargo de Gustavo Ribeiro Oliveira e Thatiany Alencar Batista.

Renan Alfredo Machado Bantim foi responsável pela escrita dos quatro capítulos seguintes. Os capítulos 14 e 15 descrevem, respectivamente, três crocodilos e quatro lagartos. Os pterossauros, comuns na Formação Romualdo e Crato, são o objeto do capítulo 16. Pelo menos dois grupos desses pterossauros são abundantes na região: os Anhangueridae e os Tapejaridae. O *Guia* nos apresenta oito espécies do grupo dos Anhanguerida; cinco espécies dos Anhangueria; cinco dos Tapejarinae; e dez espécies dos Thalassodrominae. Até agora, já foram descritas 30 espécies de pterossauros para a Bacia do Araripe, sendo seis da Formação Crato e 24 da formação Romualdo.

O capítulo 17 trata dos Dinossauros e Aves. Ao todo são sete espécies descritas, merecendo destaque o *Santanrator placidus*, pelo seu estado de preservação pouco comum no mundo, possuindo partes de tecidos moles, como peles, vasos sanguíneos e fibras musculares. Vale destacar que o fóssil recebe este nome em homenagem ao Reitor Plácido Cidade Nuvens, criador do Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, atualmente

importante equipamento de pesquisa no campo da paleontologia. O penúltimo capítulo (capítulo 19) é dedicado ao Museu e seu fundador.

O capítulo 18, escrito por Edilson Bezerra dos Santos Filho e Thatiany Alencar Batista, traz a descrição de onze Icnofósseis, resultantes das atividades deixadas por organismos através da biotubação, biorosão, fezes, ovos ou nidificação. Este e todos os capítulos destinados à descrição dos fósseis são acompanhados de referências bibliográficas.



(Esquerda) A) Crocodylomorfo *Aripesuchus gomessi* (AMNH 24450) da Formação Romualdo. B) Espécime SMNK PAL 6404, da Formação Crato | Fotos: Rodrigo Giesta Figureiredo. (Direita) Ovo de Crocodyliforme da Formação Romualdo (parte e contraparte do espécime MDJ Ic-069 | Foto: Paulo Victor de Oliveira || (Saraiva et. al. 2021, p.285, 348)

O capítulo 19, como já dito, é dedicado ao Museu de Paleontologia que atualmente recebe o nome de seu fundador, Plácido Cidade Nuvens (MPPCN). O Museu foi inaugurado em julho de 1988, com o objetivo de guardar e preservar os fósseis, crescentemente tornados alvo de contrabando na região, principalmente do município de Santana do Cariri, cujo prefeito, à época, era o mesmo professor Cidade Nuvens. Em 1991, o então reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA), José Teodoro Soares, firmou o termo de comodato para que o Museu pertencesse à URCA. Classificado como Museu de Ciências Naturais e História Natural, ele expõe vários fósseis descritos no *Guia*. O Museu também conta com reserva técnica com mais de 7.000 fósseis, resultantes de doações, coletas e escavações realizadas pelo Laboratório de Paleontologia da URCA. Anualmente, o MPPCN recebe visita de mais de 25.000 pessoas, entre os quais figuram estudiosos provenientes de vários países.

O último capítulo do Guia é dedicado ao Laboratório de Paleontologia da URCA (LPU). Criado em 2003 para atender às necessidades de estudos dos cursos de graduação e pós-graduação da URCA, o LPU, hoje, se destaca no âmbito nacional e internacional pelas pesquisas que realiza na Bacia do Araripe. O Laboratório é responsável pela maior quantidade de pesquisas paleontológicas do Ceará. Sempre que possível, o LPU faz exposições itinerantes junto às comunidades das cidades localizadas na Bacia do Araripe

com vistas à conscientização sobre a importância de preservar o patrimônio fossilífero da região. O LPU mantém parcerias com diversos laboratórios nacionais e internacionais e seus membros já publicaram em revistas renomadas no cenário científico mundial. Não por acaso, o Museu de Paleontologia e o Laboratório de Paleontologia da URCA são roteiros fundamentais das visitas guiadas do Geopark Araripe.

A descrição panorâmica que fiz até aqui expressa a quantidade e a qualidade do trabalho dos pesquisadores de várias universidades nordestinas no campo da Paleontologia, mas não esgota o valor do *Guia* no que diz respeito aos seus usos. Na condição de profissional formador, com experiência de mais de duas décadas no Ensino Médio, gostaria de destacar algumas possibilidades dessa publicação. Evidentemente, não se trata de um livro didático por destinação. Mas, pode muito bem ser transformado em livro didático quando for manuseado na bancada de cada laboratório, biblioteca ou repositório digital das escolas estaduais do Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba e demais estados brasileiros.

Um professor de Geografia, por exemplo, pode usar o *Guia* para trabalhar com localização geográfica e a formação de relevos, principalmente a partir do Capítulo 1 (p. 14-15) que trata da “Geologia da Bacia da Chapada”. O professor pode usar as excelentes imagens desse capítulo para demonstrar as diversas camadas de rochas e estratificação do relevo.

O professor de Biologia terá a oportunidade de usar os estudos apresentados pelo guia como ferramenta de compreensão da evolução dos seres vivos, fazendo trabalho interdisciplinar com a Geografia, ao desenvolver fundamentos básicos de Economia com atividades que envolvam o uso de combustíveis fósseis, a preservação do meio ambiente e poluição das camadas atmosféricas.

O professor de Matemática, igualmente, pode ser inserido nestes debates para trabalhar com operações básicas (como regra de três) e escalas gráficas, a transformação de grandezas em centímetros, milímetros e quilômetros, fornecendo uma dimensão mais significativa das distâncias de tempo que nos separam dos fósseis e uma melhor compreensão melhor do que vem a ser proporção. Este diálogo entre a Matemática e a Biologia poderá favorecer a compreensão da dimensão de tempo que separa os grandes ecossistemas da atualidade dos ecossistemas mais remotos. Pondo a Geografia nesse trabalho, o professor demonstrará como os fósseis são importantes ferramentas na compreensão da datação e ordenação das sequências sedimentares, notadamente da Bacia do Araripe.

Na mesma direção, o *Guia* pode estimular a reflexão sobre a origem dos humanos e sua relação com a natureza nos tempos atuais já que a Paleontologia, como ciência, não escapa à Filosofia, como testemunham Xenófanes (570-475 a.C), ao estudar fósseis marinhos submersos, e Curvier, com seus estudos de anatomia comparada de fósseis – uma das principais referências na obra filosófica do Michel Foucault, de *As palavras e as coisas* (2016).

O diálogo se estende às Ciências Sociais, podendo ajudar a questionar paradigmas como o mito de origem humana e como as sociedades de forma geral utilizavam, utilizam e

significam esses fósseis, por exemplo, como adornos para os próprios corpos ou em suas habitações na atualidade. Certamente, seria uma ótima oportunidade para debater os conceitos de identidade e pertencimento e questionar sobre o lugar dos fósseis: eles estariam melhor situados no museu ou enfeitando estantes mundo a fora?

Por fim, o professor de História pode fazer parte deste projeto, refletindo com estudantes da Educação Básica sobre os viajantes do século XIX, suas necessidades científicas na perspectiva da colonialidade e como esse fenômeno está presente na região com as práticas de contrabando dos fósseis da região do Cariri.

Em síntese, considerando as metas estabelecidas e cumpridas pelo LP/URCA e os usos potenciais na formação dos alunos do Ensino Médio, considero que o *Guia de Fósseis da Bacia do Araripe* é leitura obrigatória para os que se propõem à prática de pesquisa em Paleontologia e Geologia na Bacia do Cariri, como também para os professores da educação básica, especialmente, na região do Cariri-CE. Com toda certeza, será uma ferramenta a mais na luta pelo conhecimento e preservação do rico patrimônio paleontológico, arqueológico, histórico e cultural da região. Parafraseando o prefaciador do *Guia*, Alexander Kellner, quem conhece e preserva não aceita o contrabando e o tráfico ilícito de suas riquezas naturais e culturais.

Sumário do *Guia de fósseis da bacia do Araripe*

Prefácio

Autores

Apresentação

A geologia da bacia do Araripe | Renan Alfredo Machado Bantim, Flaviana Jorge de Lima e Antônio Álamo Feitosa Saraiva

Breve histórico das pesquisas paleontológicas na bacia do Araripe | Renan Alfredo Machado Bantim, Flaviana Jorge de Lima e Antônio Álamo Feitosa Saraiva

1. Plantas | Flaviana Jorge de Lima, Ana Maria de Souza Alves e Alita Maria Neves Ribeiro
2. Fungos | Antônio Álamo Feitosa Saraiva
3. Moluscos | Damares Ribeiro Alencar e Silvio Felipe Barbosa de Lima
4. Crustáceos | Damares Ribeiro Alencar e Olga Alcântara Barros
5. Miriápodes | Elis Maria Gomes Santana e Renan Alfredo Machado Bantim
6. Aracnídeos | Elis Maria Gomes Santana e Edilson Bezerra dos Santos Filho
7. Insetos | Edilson Bezerra dos Santos Filho e Gustavo Gomes Pinho
8. Equinodermas | Damares Ribeiro Alencar e Antônio Álamo Feitosa Saraiva
9. Peixes | Thatiany Alencar Batista e José Lucio e Silva
10. Anfíbios | Thatiany Alencar Batista e José Lucio e Silva
11. Tartarugas | Gustavo Ribeiro Oliveira e Thatiany Alencar Batista
12. Crocodilos | Renan Alfredo Machado Bantim

13. Lagartos | Renan Alfredo Machado Bantim
 14. Pterossauros | Renan Alfredo Machado Bantim
 15. Dinossauros e aves | Renan Alfredo Machado Bantim
 16. Iconofósseis | Edilson Bezerra dos Santos Filho e Thatiany Alencar Batista
 17. O Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens | Antony Thierry de Oliveira Salú e José Lucio e Silva
 18. O Laboratório de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – LPU | Antônio Álamo Feitosa Saraiva
-

Resenhista



Francisco Egberto de Melo é doutor em Educação (PPGE/UFC), professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (DH/URCA) e líder do Núcleo de Pesquisa Ensino, História e Cidadania (NUPHISC/URCA). Publicou, entre outros trabalhos, “[Toda a História em cinco minutos! História pública e ensino – considerações sobre o passado ensinado no Youtube](#)”, em coautoria com Sônia Meneses (2021), “[Vamos saudar o Brasil: civismo, autoritarismo e ensino de História](#)” (2021) e “[Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular Referencial do Ceará para o ensino de História: prescrição e resistência no](#)

[tratamento das relações de gênero, étnicas e raciais](#)” (2021) e “[Biopoder e saber médico: normatização, vigilância e controle de corpos tuberculosos \(Brasil, 1920 – 1970\)](#)”, em coautoria com Raiza Amanda Gonçalves de Souza e Deyvillanne Santos Oliveira dos Anjos. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9678929686996279>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0749-136X>; Facebook: [facebook.com/egbertomelo13](https://www.facebook.com/egbertomelo13); Instagram: <https://www.instagram.com/melo.egberto/>; E-mail: francisco.melo@urca.br.

Para citar esta resenha

SARAIVA, Antônio Álamo Feitosa de; LIMA, Flaviana Jorge de; BARROS, Olga A.; BANTIM, Renan (org.). *Guia de fósseis da Bacia do Araripe*. Crato: Olga Alcântara Barros; Governo do Estado do Ceará, 2021. 378p. Resenha de: MELO, Francisco Egberto de. Formação básica para a Paleontologia e Ensino Médio. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.4, p.9-16, mar./abr., 2022. ID DOI: [10.29327/254374.2.4-2](https://doi.org/10.29327/254374.2.4-2).

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Fladimir Gonçalves Dantas | Foto: Acervo do autor

Narrativa Histórica e Demandas Sociais – Resenha de *A Cidade em Chamas: O Serviço de Extinção de Incêndios em Natal/RN (1917-1955)*, de Fladimir Gonçalves Dantas

João Maurício Gomes Neto (UNIR)

Resumo: *A Cidade em Chamas*, de Fladimir Gonçalves Dantas, visa resgatar a história do Serviço de Incêndios em Natal para inspirar bombeiros. A ausência de conexões com urbanização e contextos sociais empobrece a análise. Narrativa fluida, farta documentação e valor identitário são pontos fortes.

Palavras-chave: incêndios; Natal-RN; história institucional; Corpo de Bombeiros.

A Cidade em Chamas: O Serviço de Extinção de Incêndios em Natal/RN (1917-1955), doravante *A Cidade em Chamas*, foi escrita por Flademir Gonçalves Dantas, que possui duas graduações (História e Direito), especialização em Direito Público e mestrado em História, todas estas formações pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se do primeiro volume de uma trilogia que contará a história do serviço de extinção e prevenção de incêndios, atualmente Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte – CBMRN, em três recortes cronológicos lineares. O segundo e o terceiro volumes, ainda a serem publicados, abarcarão, respectivamente, os recortes entre 1955-1976 e de 1976 a 2002.



A obra é prefaciada pelo Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Carlos Roberto de Miranda Gomes, que também se anuncia membro das Academias ANRL, AML, ALEJURN, ABROL, IHGRN, UBE-RN e MHV da OAB/RN. Conta também com uma apresentação de autoria de Luiz Monteiro da Silva Junior, comandante geral do Corpo de Bombeiros do Estado potiguar.

O livro está organizado em dez capítulos, sendo que o primeiro o introduz e comunica o objetivo, notas discretas sobre a escolha teórico-metodológica e a discussão bibliográfica. Este último exercício denota sobretudo o silêncio e a raridade dos trabalhos a respeito da temática no âmbito da sociedade norte-rio-grandense, elemento que serve de justificativa a produção ensejada. O objetivo central é “estimular as novas gerações de bombeiros a conhecerem o [...] rico passado” (p. 22) da corporação e se ancora dentro de uma história institucional militar, com ênfase na experiência dos seus membros, “sem descartar o caráter utilitário da história enquanto ferramenta para aprender com o passado” (p. 22).

Em termos teórico-metodológicos, a narrativa é fundamentada nas proposições de Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (2019), especialmente a partir do artigo intitulado “Por uma História Militar Global: da História tradicional à Nova História Militar”, publicado na *Revista Brasileira de História Militar*.

Os dez capítulos inventariam momentos diversos nos quais ocorreram incêndios, geralmente referenciados por “sinistros”, e outras situações que demandariam a atuação de corporações que hoje corresponderiam ou equivaleriam ao corpo de bombeiros, com ênfase no Rio Grande do Norte. Neste sentido, mesmo que o recorte temporal abarcado pela publicação 1917/1955, a autoria realizou pesquisa em fontes anteriores a esta delimitação no intuito de mapear as primeiras lacunas no serviço de combate a “sinistros”, citadas e demandadas no *corpus* documental a que teve acesso. O autor também fez incursões por outras espacialidades do país, referenciando eventos e situações que marcaram essa trajetória e levaram a constituição do serviço de extinção de incêndios nas

respectivas localidades citadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Espírito Santo, Belo Horizonte, Paraíba, Santa Catarina, Recife e Sergipe.

O percurso da pesquisa levou o autor a coligir e apresentar, em sua narrativa, quantidade expressiva e diversa de documentos: bibliográficos (livros, artigos, monografias, dissertações e teses), fontes periódicas (diário oficial do Estado, jornais e revistas comerciais), leis e decretos, boletins internos do regimento policial militar, falas e relatórios de presidentes de Província, mensagens de governadores do Estado, livro de assentamentos do esquadrão de cavalaria, código de posturas municipais da cidade de Natal e memórias publicadas que deram alguma ênfase à abordagem de acontecimentos e ao cotidiano progresso da capital potiguar.

O trabalho metucioso de investigação inventaria alguns eventos ora dramáticos, ora curiosos e pitorescos, que serviram para pontuar e denunciar a ausência de um órgão responsável pela prevenção e combate a “sinistros” em Natal, até que fossem operacionalizadas as lentas criação e estruturação desse serviço, deixando de ser apenas proposição textual e passando a ganhar vida e lugar no cotidiano dessa municipalidade.

O enredo, organizado de maneira cronológica e linear, expressa coerência com os objetivos anunciados no capítulo introdutório ao livro. Numa história voltada principalmente para membras e membros da corporação, o caráter institucional dela prevalece e se destaca em detrimento de problematizações que tensionam articulações e implicações, cuja existência encerra a constituição de tal órgão em uma capital periférica do país. Cabe destacar, ainda, a competência narrativa demonstrada pelo autor que, em linguagem direta e fluida, fomenta a curiosidade e prende o/a leitor/a em sua trama.

A leitura de *A Cidade em Chamas* me instigou a questionar aspectos da abordagem escolhida pelo autor. A criação de relato circunscrito ao inventário dos reclames pela ausência e menções reiteradas às dificuldades observadas na trajetória de criação e estruturação de um serviço de extinção de incêndios em Natal, em alguma medida, deixa de estabelecer conexões com a própria trajetória de urbanização da capital potiguar, processo este marcado por um desejo recorrente de modernidade e cuja presença, material e discursiva dessa demanda constantemente reclamada, anunciavam questões e desafios de ordens econômica, política e social que delimitaram a trajetória dessa espacialidade até, no mínimo, os anos de 1950, conforme já ponderado.

Afinal, a troça e o escárnio de que “Natal não há tal”, expressão tornada usual ao remeter-se à capital dos potiguares, deixava evidente a historicidade e as dificuldades práticas enfrentadas no seu processo de formação. A carga discursiva pejorativa e os reclames angustiados das elites econômica e política do Estado a respeito da (im)possibilidade de modernização dessa espacialidade, presente em fontes variadas que tratam dos desafios postos a ela, indicavam, com demasiada frequência, o desejo por aquilo que não se tinha e o lamento pelo que se queria.

No recorte temporal abarcado pelo livro, a bibliografia que tem tratado do processo de urbanização natalense dá conta desse fenômeno com riqueza de detalhes (Lima, 2001;

Oliveira, 2008 e Oliveira, 1999) e traz reflexões que se coadunam com o inventário das ausências e dos reclames operacionalizado em *A Cidade em Chamas*. Até mesmo a curiosa conferência de Manuel Dantas ([1909] 1996), *Natal daqui há cinquenta anos* (1917), anterior à criação legal do serviço de extinção de incêndios, pode ser lida e interpretada como indicativo dessas deficiências tão reiteradas pela obra e nas quais soluções eram demandas com frequência similar.

A escolha por um enredo centrado na trajetória do serviço de extinção de incêndios, sem que se estabeleça maiores conexões entre este órgão e as questões econômicas, políticas e sociais que marcavam o Estado do Rio Grande do Norte no período, em especial a sua capital, parece se afastar da perspectiva anunciada no capítulo que lhe serve de introdução e no qual Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (2019) é referenciado em defesa de uma “História Militar Global”.

É possível que a escolha por uma estruturação cronológica e linear e pouco afeita a conexões com outros elementos constitutivos da experiência histórica que levaram à lenta criação e às interrupções observadas no serviço de extinção a incêndios, no período abarcado pelo primeiro volume da trilogia anunciada, tenha relação com a quase inexistência, no Estado, de trabalhos publicados a respeito da corporação tal como reclama o autor durante a obra. O fato de a operação historiográfica realizada enfocar mais a audiência, o público da corporação – pois é primeiramente como membro do corpo de bombeiro que a autoria se apresenta e menos um trabalho realizado a partir de um movimento de problematização, pode ser mais uma razão para a raridade de material. A própria bibliografia indicada nas referências evidencia essa escolha, ao apresentar poucas obras de caráter teórico e metodológico produzidas no âmbito das universidades.

Neste sentido, Flademir Dantas constrói narrativa em perspectiva que se aproxima e reatualiza o ideário da história exemplar, da história como mestra da vida. Ao anunciar o caráter utilitário da narrativa que construiu, enfatizando o lugar dos exemplos na apreensão e compreensão de experiências pregressas, dialoga e foca em públicos leitores da história situados fora do âmbito acadêmico, para quem o consumo e a recepção de narrativas organizadas em perspectiva cronológica e linear é uma demanda em aberto.

Se tal escolha parece afastar-se de uma história-problema, procedimento constantemente requisitado nas produções historiográficas realizadas nos cursos de História, isto não significa, no entanto, que tal perspectiva não continue a ter público e audiência. Sob essa perspectiva, assume, portanto, papel de orientação e é construtora de identidades em espaços fora da academia onde tais narrativas são consumidas, compreendidas e legitimadas pela comunidade leitora.

Se a narrativa de *A Cidade em Chamas* se afasta de perspectivas mais correntes na historiografia produzida por profissionais formados em História na atualidade, os procedimentos operacionalizados pela autoria guardam coerência com o objetivo anunciado na introdução: qual seja, fomentar narrativa destinada a orientar membros e membros do corpo de bombeiros do Estado do Rio Grande do Norte a respeito da

trajetória de formação do órgão, o que a confere função social na demanda por orientação no tempo.

Essa escolha também denota e faz pensar sobre a diversidade de demandas colocadas à área de História, sobretudo no campo das narrativas institucionais e da frequente produção de memórias, algo que tem movimentado a produção de saberes e publicações no campo, apresentando à comunidade historiadora desafios que deveriam lhes servir de matéria para reflexão e ação, embora por vezes negados, noutras ainda ignorados durante a formação destes/as profissionais.

Referências

DANTAS, Manoel [1909]. *Natal Daqui a Cinquenta Anos*. Natal: Fundação José Augusto – Sebo Vermelho, 1996.

LIMA, Pedro. *Natal Século XX: do Urbanismo ao Planejamento Urbano*. Natal: EdUFRN, 2001.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A Cidade e a Guerra: a Visão das Elites Sobre as Transformações do Espaço Urbano da Cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. 2008. 1 v. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De Cidade a Cidade: o Processo de Modernização do Natal (1889-1913)*. Natal: EDUFRN, 1999.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Por uma História Militar Global: da História tradicional à Nova História Militar*. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano X, n° 25, maio de 2019, p. 6-26.

Sumário de *A Cidade em Chamas: O Serviço de Extinção de Incêndios em Natal/RN (1917-1955)*.

Agradecimentos

Prefácio

Apresentação

A cidade em chamas: o Serviço de extinção de incêndios em Natal – 1917-1955

Por entre a densa fumaça, algumas notas introdutórias

O fogo que destrói: os incêndios ocorridos antes da criação da Seção de Bombeiros em 1917

Incêndios e a criação dos Corpos de Bombeiros no Brasil

A Ribeira, berço da Seção de Bombeiros

Joca do Pará: o primeiro comandante da Seção de Bombeiros

A cidade em chamas: descontinuidade na prestação do serviço de extinção de incêndios (1930-1942)

A Segunda Grande Guerra e o surgimento do Corpo de Bombeiros da Base Aérea de Parnamirim

Onde há fumaça, há fogo: a primeira metade da década de 1950 e as movimentações para a instalação de um Corpo de Bombeiros em Natal

A reestruturação do Corpo de Bombeiros em 1955 pela Lei Estadual n.1.253

Quadro cronológico

Referências bibliográficas

Anexos

Resenhista



João Maurício Gomes Neto é doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), professor do Departamento de História e Coordenador da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), na Universidade Federal de Rondônia (Unir), *campus* de Rolim de Moura. Publicou, entre outros trabalhos, o livro “*Entre a ausência declarada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão*”. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3179445874709053>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0194-6802>; E-mail: joao.mauricio@unir.br.

Para citar esta resenha

DANTAS, Flademir Gonçalves. **A Cidade em Chamas: O Serviço de Extinção de Incêndios em Natal/RN (1917-1955)**. Natal: RN Editora, 2021. Resenha de: GOMES NETO, João Maurício. Narrativa Histórica e Demandas Sociais. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.4, p.19-24, mar./abr., 2022. ID DOI: [10.29327/254374.2.4-6](https://doi.org/10.29327/254374.2.4-6)

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Maconha | [Foto: Gustavo Carneiro/Grupo Folha](#)

Quebrando tabus – Resenha de *Maconha*: os diversos aspectos, da história ao uso, de Luciana Saddi e Maria de Lourdes de Souza Zemel

Jandson Bernardo Soares (UFRN)

Resumo: *Maconha*: os diversos aspectos, da história ao uso, organizado por Luciana Saddi e Maria de Lourdes S. Zemel, visa divulgar informações científicas sobre a maconha. Falta síntese geral entre textos. Abordagem interdisciplinar, linguagem acessível e crítica à proibição são pontos positivos.

Palavras-chave: maconha; saúde pública; redução de danos; drogas.

A obra “*Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*” (2021) é uma coletânea composta por 14 textos de divulgação científica, organizados por Luciana Saddi e Maria de Lourdes S. Zemel, ambas psicólogas com experiência no estudo da relação entre família e abuso de drogas, dentre elas, o alcoolismo. Diferente de seu predecessor (*Fumo Negro: a criminalização da maconha no pós-abolição*), “*Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*” chega em um momento social e histórico marcado por diversos processos de flexibilização dessa substância em todo continente americano, assim como pela adesão de parte da sociedade civil brasileira a esse debate. Essa mudança de conjuntura amplifica o seu potencial como objeto de informação a ser agregado a essas discussões.



[Maria de Lourdes Zemel](#)

Na condição de historiador, abordamos a obra a partir de dois aspectos que estão diretamente associados ao tema: a ousadia na escolha do tema, sua abrangência e direcionamento a um público não especializado, e a relação que o conjunto de textos constrói com a historicidade do tema. Também registramos o impacto das teses do livro. Embora não exista um momento de síntese, ponto negativo da obra, é possível concluir que o objeto não é a planta ou substância designada “maconha”, mas as formas com as quais nos relacionamos com ela (de ordem pessoal, familiar, comunitária ou institucional). Cabe apontar que determinados modos de lidar não são as melhores alternativas. Elas devem ser revisadas, principalmente as que retiram a autonomia dos indivíduos no tratar com essas substâncias, como é o caso da política de guerra às drogas, pouco eficiente e baseada em lógica coercitiva. Outra conclusão possível é a de que a comunicação e a informação se configuram como as melhores saídas para lidar com os problemas de abuso, implicando, inclusive, em questões-chave como a prevenção e a redução de danos.



[Luciana Saddi](#)

A obra quer compartilhar informações científicas para além da bolha acadêmica. Nesse sentido, foi composto por textos objetivos com linguagem de fácil compreensão, educando por meio de conhecimento racionalmente constituído, orientando novas práticas sociais frente à maconha. Seus textos podem ser classificados em dois grupos. O primeiro toma como centralidade as relações que se desenvolvem entre os usuários e as suas comunidades de pertencimento, demonstrando os estigmas normalmente mobilizados e as suas consequências. Assim é escrito o texto “As famílias e o uso de maconha”, de Silva Brasileiro. A autora propõe uma série de novas formas de agir que colocam o indivíduo e a sua subjetividade como alvo das comunicações, a fim de amplificar o diálogo entre os pais e seus filhos, evitando a sua marginalização a partir do lar. Não se trata de achar culpados, mas de estabelecer uma lógica de cuidados a partir do núcleo familiar.

Em “O uso da maconha por adolescentes: entre prazeres e riscos, 1o barato que sai caro!”, Maria Fátima Olivier Sudbrack observa as relações estabelecidas entre os adolescentes e os grupos integrados por eles como forma de compreender quadros de abuso de substâncias. A autora chama atenção para a necessidade voltar o olhar para os motivadores desse contato e de seus possíveis abusos, partindo de questões como a produção do desejo em torno da maconha, assim como necessidades de alívio rápido, característicos das estruturas do Capitalismo. A autora afirma que essas questões devem ser tratadas pelo viés da educação, a fim de constituir autonomia, levando aquele que faz uso a se posicionar frente aos seus comportamentos, e não pela via da criminalização.

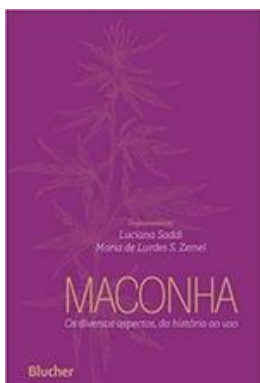
No texto “O uso da maconha e a prevenção”, Maria de Lurdes de Souza Zemel, atesta que as soluções de caráter moralizante não são suficientes nem capazes de acabar com as drogas. A autora propõe a constituição de ações preventivas que levem em conta as vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais dos indivíduos, base da sua aproximação às substâncias psicoativas. É nesse sentido que aponta para a necessidade da constituição de suas ações educativas, de caráter contínuo, pautadas nas vulnerabilidades a que os grupos estão expostos.

Em “Vulnerabilidade no uso da maconha”, Marcelo Sodelli demonstra que a dependência em relação às drogas não é apenas uma questão de vontade, mas perpassa as relações estabelecidas entre os indivíduos e o mundo com o qual se relacionam, assim como os significados que se desenrolam a partir desse processo. Ele apresenta os diversos tipos de vulnerabilidades (individual, social e programática), sendo a ausência de informações a que mais atinge os indivíduos. Nesse sentido, aponta a escola e as ações educacionais de caráter preventivo como mais potentes, distanciando-se das medidas que são da ordem da proibição e do controle.

No texto “Maconha e vulnerabilidades sociais: o que sabemos?”, Eroy Aparecida da Silva e Yone Gonçalves de Moura demonstram que, antes de estabelecer um julgamento moral a respeito do uso da maconha, é necessário observar os aspectos de ordem psicossocial e da própria existência de uma subcultura da maconha. Essa subcultura tende a marginalizar os grupos de usuários menos favorecidos (negros e pobres) que, historicamente, estiveram na base dos argumentos proibicionistas. Os autores afirmam que as pesquisas científicas são ferramentas de ruptura em relação a esse estigma historicamente constituído.

No texto “Redução de danos, maconha e outros temas polêmicos”, Vera Da Ros aborda os indivíduos que fizeram o uso precoce da maconha, apresentando estratégias para a construção de práticas de redução de danos, diante da impossibilidade de ter um mundo livre de drogas. Essas práticas se configurariam como uma busca por diminuir os riscos e problemas associados ao consumo e teriam como principal elemento a disseminação de informação científica, potencialmente livre de interesses econômicos, políticos e morais. A estratégia comunicada é pôr os indivíduos diante das práticas de uso e das suas consequências, estimulando o desenvolvimento de sua autonomia. A autora finaliza seu texto apresentando algumas práticas de redução de danos que levam em conta as formas de

consumir e até as práticas culturais coletivas que se desenvolvem em torno da maconha, como a partilha de cigarros.



O segundo grupo de textos trata de questões atuais que se desenrolam a partir de lógicas institucionais do entorno da maconha e das suas substâncias. Trata, assim, do dimensionamento de usos terapêuticos, descriminalização, problemas históricos, sociais, econômicos, legais e religiosos ligados a mesma.

“A questão legal”, de Luís Francisco Carvalho Filho, trata dos problemas de elaboração da lei 11.643/2006, dentre eles, a inexistência de critérios objetivos que caracterizem consumo e tráfico, concedendo ao dispositivo um caráter draconiano. Para o autor, a lei reforça uma falsa liberalidade de costumes, a exposição dos usuários a constrangimentos burocráticos relacionados às esferas policiais e judiciais, assim como o encarceramento de jovens negros e pobres.

No texto “O uso terapêutico de canabinoides: novas perspectivas e informações clínicas”, Dartiu Xavier da Silveira Filho e Rodrigo Nikobin apresentam a maneira pela qual nosso corpo, fisiologicamente, reage a diversidade de canabinoides, ao tempo em que chama atenção para o emprego dessas substâncias no tratamento de doenças como Alzheimer e Parkinson. Esses autores também alertam para o perigo do consumo precoce e do uso dos canabinoides sintéticos – mais potentes que os *in natura*. Por fim, os autores reafirmam seu endosso à regulamentação do uso da maconha, uma vez que essa medida possibilitaria o controle da qualidade e disposição das substâncias, assim como do desenvolvimento de ações educacionais, de prevenção, de acesso ao sistema público de saúde e o fim da guerra às drogas que tanto mata e encarcera.

Em “Os usos terapêuticos da maconha”, Renato Filev aborda tardia regulamentação da maconha medicinal no Brasil (2016) em relação ao cenário internacional, demonstrando que a demanda local é superior aos produtos disponíveis no mercado, tornando esse produto caro e pouco acessível. Esse autor também demonstra que o modelo de regulamentação brasileiro opta por utilizar a maneira mais burocrática que existe, se recusando a reconhecer a maconha e seus derivados como fitoterápicos tradicionais. Tal fato estaria associado à inclusão da maconha em restrições internacionais, tornando a regulamentação uma questão de cunho político e não medicinal ou científico. O autor também sinaliza os benefícios de caráter medicinal que poderiam ser extraídos do uso dessa planta e os malefícios associados ao uso precoce e abusivo.

No texto “Os usos religiosos e espirituais da Cannabis”, Edward MacRae declara que a criminalização da maconha afetou a utilização dessa planta para fins ritualísticos, na medida em que passou a marginalizar grupos que dela se utilizam. O autor também aponta para uma descaracterização desse tipo de uso, posto que o debate sai do religioso para o uso lúdico e é adotado pelos movimentos de contracultura, nos anos 60. Naquele período, atrelou-se o uso da substância alteradora de consciência a grupos brancos de classe média,

renegando o passado vinculado às comunidades afro-brasileiras. Nesse sentido, MacRae aponta para as incoerências entre usos ritualísticos e proibição, como a renegação de grupos negros e indígenas a incorporarem o uso da maconha em rituais tradicionais no presente ou a prisão de lideranças religiosas locais, enquadradas no tráfico de drogas.

No capítulo “A internação em caso de dependência de maconha”, Valéria Lacks discute os casos em que a internação relacionada à dependência de maconha deve ser utilizada, a saber: a necessidade de diagnósticos e a piora de prognóstico. Ela enfatiza a necessidade de colocar o processo de afastamento da substância o mais perto possível da autonomia dos indivíduos, evitando longos quadros de internação, sendo preferível a intervenção ambulatorial e somente em último caso a internação em hospital psiquiátrico. A autora finaliza por chamar atenção aos perigos que o uso pode implicar em pessoas com quadro psiquiátrico.

“A polêmica psicose canábica”, de Marta Ana Jezierski, desmente a existência de uma relação direta entre o uso de cannabis e esquizofrenia, de maneira a demonstrar que essa se daria mediante a somatória de uma série de fatores, como genética, eventos traumáticos, a forma pela qual o indivíduo foi criado, dentre outras. Para ela, a tentativa de constituir uma patologia a partir dessa substância está relacionada à carga cultural e aos preconceitos que dos pesquisadores, afirmando, assim, a necessidade da constituição de uma neutralidade a fim de evitar resultados tendenciosos. Jezierski entende que os estudos a respeito da psicose da maconha foram inconclusivos e contraditórios e alerta para o problema do uso de substâncias psicoativas durante a adolescência, momento em que o cérebro passa por muitas mudanças, podendo desencadear quadros pré-existentes.

Em “Maconha: origem e trajetória”, Lilian da Rosa historiciza a relação maconha/humanidade a partir de sua origem na Ásia e posterior passagem aos demais continentes. Para a autora, essa trajetória denota um longo rol de usos e práticas que só se tornaram ilegais recentemente, no início do século XX, a partir de um movimento internacional encabeçado pelos Estados Unidos. Ela afirma que, no Brasil, este veto está associado à perseguição de culturas subalternas, negros e pobres, tornados, discursivamente, socialmente perigosos. A autora aponta que só recentemente o debate tem reabilitado a planta em seus diversos fins.

Por fim, no texto “A questão econômica”, Taciana Santos de Souza aborda a maconha a partir de seu valor de mercadoria, por meio da identificação de sua cadeia de produção. Para ela, a maconha faz parte de um mercado que possui produtores, consumidores e demanda, mas carece de agência reguladora, na medida em que o Estado se escusa desse papel. Essa produção não se daria de maneira fechada em si mesma, se mantendo apenas nos mercados ilegais, mas aqueceria também uma série de setores legais que garantem insumos para a produção, gerando renda e empregos. Ao mesmo tempo, afirma que a ilegalidade e a guerra às drogas tendem a inserir a violência nessas relações de produção. Para a autora, a legalização/regulamentação estaria na base da redução dos prejuízos sociais decorrentes da ilegalidade.

Observa-se que a obra cumpre com a sua função de divulgar diversas interpretações e temas que gravitam em torno da maconha, na medida em que se aporta em textos escritos por especialistas de diversas áreas que articulam elementos teóricos, da ordem conceitual, e questões práticas. O livro tem a qualidade de questionar os argumentos que fundamentam a proibição, assim como seu resultado para as populações que se relacionam com essa substância. Apresenta, também, possíveis saídas para lidar com a maconha a partir de uma perspectiva social que não culpabiliza a planta, mas chama a atenção para o peso das questões de ordem social e emocional que atravessam os indivíduos e que os levam ao consumo, seja para fins farmacológicos, seja para fins abusivos. Essa interpretação não é excepcional ao caso da maconha, mas pode ser facilmente direcionada às drogas legais como o álcool e os medicamentos ansiolíticos.

Do ponto de vista social, cumpre afirmar que a obra produz impacto nas formas pelas quais interpretamos e lidamos com a maconha. Ela nos incita a tomar posição sobre o nosso comportamento individual, coletivo ou institucional em relação à maconha. Tal fato implica em afirmar a necessidade de mais obras de ampla divulgação que tratem de temas diretamente relacionadas a interesses do presente.

No que diz respeito aos seus aspectos de produção, ressalvo aqui a dimensão interdisciplinar que o tema recebe, oferecendo a possibilidade de vê-lo em sua complexidade, na medida em que se apresentam olhares diversos a partir de diferentes ciências. Nesse sentido, aqueles que se apropriarem da obra e da discussão que ela oferece, seja essa para fins pessoais, seja para fins acadêmicos, terão muito a ganhar com a leitura, já que os autores não apresentam a maconha como benéfica ou maléfica, fazem um panorama das diferentes questões e modos de abordá-las, incitando-nos a romper com perspectivas do senso comum, preconceitos e tabus historicamente constituídos e socialmente reproduzidos ao longo de décadas.

Referências

CASTRO, Marcos Vinicius. A Marcha da Maconha no Brasil: uma possível luta por reconhecimento e inclusão. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Juiz de Fora, n.25, p.188-206, 2017.

SADDI, Luciana; ZEMEL, Maria de Lourdes S. (orgs.). *Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*. São Paulo: Editora Edgard Blücher. 2021.

HENMAN, A.; PESSOA JR., O. (org.). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986.

Sumário de *Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*

Agradecimentos
Apresentação
Prefácio

01. As famílias e o uso de maconha | Sílvia Brasiliano
 02. O uso da maconha por adolescentes: entre prazeres e riscos, “o barato que sai caro!” | Maria Fátima Olivier Sudbrack
 03. O uso da maconha e a prevenção | Marcelo Sodelli
 04. Vulnerabilidade no uso da maconha | Marcelo Sodelli
 05. Maconha e vulnerabilidades sociais: o que sabemos? | Eroy Aparecida da Silva e Yone Gonçalves de Moura
 06. Redução de danos, maconha e outros temas polêmicos | Vera Da Ros
 07. A questão legal | Luís Francisco Carvalho Filho
 08. O uso terapêutico dos canabinoides: novas perspectivas e informações clínicas | Dartiu Xavier da Silveira Filho e Rodrigo Nikobin
 09. Os usos terapêuticos da maconha | Renato Filev
 10. Os usos religiosos e espirituais da Cannabis | Edward MacRae
 11. A internação em caso de dependência de maconha | Valéria Lacks
 12. A polêmica psicose canábica | Marta Ana Jezierski
 13. Maconha: origem e trajetória | Lilian da Rosa
 14. A questão econômica | Taciana Santos de Souza
-

Resenhista



Jandson Bernardo Soares é doutorando e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Publicou, entre outros trabalhos, *A institucionalização do livro didático no Brasil* (2021) “História e Espaços do Ensino: historiografia”, PNLD e a busca por um livro didático ideal, *A institucionalização do livro didático no Brasil* e “Produzindo livros didáticos de História: prescrições e práticas – notas de uma pesquisa em andamento”. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9151962206801002>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8195-5113>; E-mail: jandson_ze@hotmail.com.

Para citar esta resenha

SADDI, Luciana; ZEMEL, Maria de Lurdes de Souza. (Org). *Maconha: os diversos aspectos, da história ao uso*. São Paulo: Blucher, 2021. 184p. Resenha de: SOARES, Jandson Bernardo. Quebrando tabus: a maconha, ciências humanas e sociedade. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.4, p.24-31, mar./abr., 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Marie-Gaëlle Le Perff e Edgar Velásquez Rivera | Imagens: [Narrovita](#) e [Proclama](#)

Introdução ao estudo e à prática autobiográfica – Resenhas de *Écrire ses mémoires: astuces et conseils pour transformer ses souvenirs en un livre*, de Marie -Gaëlle Le Perff, e *Aspectos teóricos de la autobiografía*, de Edgar Velásquez Rivera

Itamar Freitas (UFS)

Resumo: *Écrire ses mémoires*, de Marie-Gaëlle Le Perff, visa ajudar leigos a escrever memórias pessoais. Falta aprofundar métodos e conceitos. É prático e motivador para iniciantes. *Aspectos teóricos de la autobiografía*, de Edgar Velásquez Rivera, objetiva sistematizar teoria, mas carece de síntese clara. É rico como inventário.

Palavras-chave: autobiografia; memória; escrita de si; lembrança..

Dois manuais recentes sobre a elaboração de autobiografias foram lançados em línguas francesa e espanhola com abordagens e destinatários diferenciados. Não apresentam inovações na área, mas vale a pena submetê-los à crítica como indicador da bibliografia circulante para o interessado na temática. Eles são: *Écrire ses mémoires: astuces et conseils pour transformer ses souvenirs en un livre*, de Marie-Gaëlle Le Perff, e *Aspectos teóricos de la autobiografía*, de Edgar Velásquez Rivera.



Écrire ses mémoires é um singelo manual introdutório às artes dos escritos de vida (biografias, autobiografias e memórias). Foi publicado em 2020 com a meta de auxiliar pessoas comuns a escreverem suas lembranças, por si mesmas, dando a conhecer questões e conceitos típicos da investigação do gênero e da publicação independente. Sua autora, Marie-Gaëlle Le Perff, é formada em Jornalismo (Paris 7) e Biologia (Poitiers) e se apresenta como redatora da revista *Vie Chrétienne*, biógrafa familiar e especialista na cobertura de assuntos da saúde.

O livro é constituído por seis capítulos, cinco dos quais referentes ao trabalho de investigação e escrita propriamente ditos. No primeiro, Le Perff inicia o trabalho de convencimento, declarando subliminarmente que o leitor pode e deve escrever suas memórias, que as memórias são um gênero de vária serventia. Escrever memória é atividade terapêutica, afirma a autora. Lembrar antigos desejos pode renovar forças para a ação, revelar algo das profundezas do ser, exorcizar coisas ruins e reviver momentos dolorosos. Mas, pode também comunicar aos outros o desconhecido sobre sua vida, explicar ou restituir contextos e esclarecer mal-entendidos.

Logo de início percebemos os destinatários da obra. Le Perff problematiza as categorias “memória” e “verdade” sem apresentar um referente acadêmico. Anulando o suposto esquecimento inicial, ela afirma que basta começar a escrever e a investigar. Para livrar-se da divergência dos próprios testemunhos, a autora orienta a consulta a outras fontes (que não apenas a sua própria memória) e, até mesmo, a apresentação das diferentes versões produzidas pelo autobiógrafo aprendiz.

O segundo capítulo responde à questão do como iniciar. A orientação é também simples: basta começar por uma lembrança de situações prazerosas. Escreva no computador ou no caderno de notas. Combine os dois instrumentos, continua a autora. O primeiro você usa para textos longos e o segundo emprega para anotar ideias ou informações breves. Escreva nos horários e lugares que melhor lhe oferecerem concentração ou riqueza de lembranças. Escreva com regularidade, consultando diferentes fontes de conhecimento: biografias, lugares de infância, fotografias e depoimento dos colegas.

O capítulo se encerra com a discussão sobre o plano do livro em construção pelo leitor. É o ponto mais frágil do manual. Aqui, a autora dá um salto das questões motivadoras do início da escrita (primeiras lembranças da vida, eventos significativos etc.) para a arquitetura da informação que esboçará a vida contada. O tema mereceria capítulo inteiro. As seis

possibilidades aventadas (ordem cronológica, *flashback*, história de lugar, abecedário, árvore genealógica e descrição de objeto simbólico) estão desacompanhadas dos seus prós e contras e dos efeitos que teriam sobre a identidade individual em construção, mediante texto autobiográfico.

A fragilidade do segundo capítulo se consolida com a leitura do seguinte. Em “Questões para encontrar a inspiração”, a autora lista questionários que são pontos de partida à lembrança dos leitores e à conseqüente deflagração de escritas de memória. A maior parte dos inventários de questões obedece ao padrão cronológico dos ciclos de vida: há questões sobre o “nascimento”, “família”, “infância”, “adolescência”, “serviço militar”, “primeiro trabalho”, “residência” e “férias”. Depois dessa sequência, a escolha é aleatória: “filhos”, relações com o “progresso tecnológico”, percepções de “fatos históricos”, perfil pessoal, “coisas que lhes dão prazer”, “listas de sentimentos”, entre outros.

A maioria dessas listas é subestimada pela autora que as tipifica como instrumentos de “inspiração”. A própria palavra reforça um desserviço, pois abre grande possibilidade de ser tomada como sopro criador ou revelação e não como fonte de ideias. O que a autora prescreve é muito trabalho e trabalho sistemático, em geral, exigido pela escrita de narrativas. Desse modo, as listas estariam bem conformadas como procedimentos de planos de redação. O outro problema está no subemprego da lista de questões sobre o “quem é você”. Isolada como exemplar de lista e anexo, deixa de preencher de sentido uma das finalidades do manual: o autoconhecimento, a superação de traumas e a motivação para a ação.

Nos últimos três capítulos, o manual perde força, considerando que o espaço é predominantemente reservado para questões que afetam a produção livreira de modo geral. O título do quarto capítulo, por exemplo, não corresponde ao dito. O “Como terminar” informa, sim, os assuntos que devem conter em uma “conclusão”: desejos anteriores, projetos de vida, autoavaliação da vida e agradecimentos. Contudo, $\frac{3}{4}$ do espaço é reservado à descrição dos elementos da arquitetura da informação: introdução, capítulos, conclusão, sumário e cuidados com as revisões ortográfica e tipográfica e as conseqüências jurídicas das informações comunicadas pelo autobiógrafo em livro.

No capítulo quinto, a autora informa sobre as vantagens e desvantagens da auto edição e da edição por conta de um editor. Ela fornece endereço de empresas editoras e menciona as referências obrigatórias a serem feitas na manufatura do impresso, a exemplo do ISBN e do depósito legal.

O último capítulo é reservado à propaganda. Se você não sabe, não quer, não tem tempo e coragem de finalizar seu escrito de vida, provoca a autora, você pode contratar os serviços de um especialista. Le Perff, como explicitado na página imediatamente posterior ao capítulo, é uma das centenas de praticantes desse ofício, na França: “Não hesite em contactar-me seja qual for a fase de escrita em que se encontre. Eu poderia ajudá-lo em um ponto específico ou retomar toda a obra, de acordo com seus desejos.” (posição 562).



O segundo livro, como adiantei, aborda a autobiografia em perspectiva muito diferente. Não está interessado, diretamente, em facilitar a construção de biografias por pessoas comuns. *Aspectos teóricos de la autobiografía* é um compêndio comentado da literatura predominantemente ibérica, produzida nos últimos 30 anos, sobre a natureza do “gênero autobiográfico” ou das tentativas de circunscrever os exemplares de autobiografia como gênero. Seu autor, Edgar Velásquez Rivera, é doutor em História pela Pontifícia Universidad Católica de Chile e professor do Departamento de História da Universidad del Cauca, na Colômbia.

O livro é apresentado por Zamira Díaz López, professora da Universidad del Cauca e traz prólogo assinado pelo professor Luis Guillermo Jaramillo Echeverri, também professor da Universidad del Cauca. Ambos destacam a profundidade da investigação. Segue-se-lhe uma brevíssima introdução onde o autor situa a autobiografia como um “gênero” constituinte da “literatura del yo” (junto à “biografia” e às “memórias”). Seu objetivo explícito é “sistematizar un considerable volumen de los estudios” e “mostrar algunos aspectos teóricos” sobre o “gênero” autobiográfico (p.23-24). Essa meta o autor persegue por quatro capítulos os quais passamos a comentar na sequência.

No primeiro, Rivera faz longa exposição de definições e caracterizações do gênero autobiografia. O título é enganoso (para o bem). “Sentidos etimológicos del término ‘autobiografía’” não reflete nem de longe o conteúdo dessa seção. Há no texto, certamente, um estudo etimológico sobre a dicionarização e as significações da palavra: “vida de um indivíduo por ele mesmo” e “qualquer texto onde o autor parece expressar sua vida ou seus sentimentos” (p.31). A maioria do espaço, porém, é preenchido com o enredamento de proposições de diferentes autores sobre, por exemplo, as origens do fenômeno autobiográfico (idade média/idade moderna), das relações com outros gêneros (romance, biografia e memória), o seu status perante a ciência histórica (fonte para narrativa histórica e narrativa histórica), os seus suportes privilegiados (prosa/poesia) e o seu caráter mais ou menos narcísico.

São trinta e nove páginas sem descanso para o leitor, com raras iniciativas de classificação dos autores-fonte e sem intenções anunciadas, ao início ou ao final do capítulo. O interessado na matéria tem que se submeter ao regime do autor-narrador: indo e voltando aos especialistas, apreciando as digressões e as passagens em que ele firma suas posições. Destaco, porém, as proposições de caráter teórico (como requer o título do livro) que penso serem as mais representativas para o autor. Ele entende autobiografia como um gênero, cujo termo chave é “bio” (vida): “la autobiografía es la manera como un sujeto entiende, explica y quiere que sea entendida su vida” (p.50). Essa vida é sempre parcial, idealizada, configurada por vários “eus”, representando apenas “uma compreensão” entre várias possíveis. Essa vida é “explicada” a partir de pontos de vista orientados pela especulação cognitivista, idealista ou materialista, empregados de modo autônomo ou combinados. (p.29-29). Por fim, a autobiografia desempenha funções de

complementaridade da historiografia (e da historiografia sobre as nações), dispositivo de catarse e de libertação de populações submetidas à opressão, como mulheres, homossexuais, afrodescendentes e vítimas do holocausto.

O segundo capítulo – “El fenómeno autobiográfico” – é uma história do gênero. O autor não esclarece de qual gênero está a tratar (literário, textual, discursivo etc.). O “fenômeno” também tem significado pendular. Podem ser as “expressões autobiográficas”, a palavra “autobiografia”, as obras, fragmentos de contexto econômico, político e ideológico ou mesmo o gênero ainda não definido. Nesse capítulo são listadas algumas tipologias e gêneros concorrentes em diferentes períodos. O fio condutor da história do “fenômeno”, entretanto, está claro. Contrariando uma característica que ele mesmo anunciou para a autobiografia (a vida se realiza após a escrita), o autor a transforma em coisa preexistente à sua história da autobiografia. O fenômeno, portanto, tem “origem”, “raízes” e época de “estabelecimento como gênero” (p.65-66) que oscilam entre a antiguidade clássica e a idade moderna. De mais positivo, neste capítulo, o leitor colherá as distinções entre o pensamento e a prática autobiográfica de S. Agostinho, J-J. Rousseau, M. Montaigne e B. Franklin, por exemplo, e algumas ideias de vida (o lugar do homem e de Deus, o providencialismo e o humanismo) que recuperam, indiretamente, características da autobiografia, defendidas no primeiro capítulo.

No capítulo terceiro – “Perspectivas teóricas” –, o autor passa em revista dezenas de investigadores em busca da “teoria da autobiografia” asseverando, logo de início, a impossibilidade mesma da sua existência. Prefere, então, buscar “teorias da história”, marcadas por suas respectivas circunstâncias e referências espaço-temporais. Dessa forma, apresenta as perspectivas teóricas de cada autor, resultando em um espectro de objetos: definição de autobiografia, justificativas do autobiógrafo para escrever, as funções do escrito autobiográfico (criação, imitação ou sepultamento do sujeito), o insumo da autobiografia (a memória, por exemplo), a definição do Eu (determinado por si mesmo, linguagem, sociedade etc.), relação da autobiografia com outros gêneros (biografia, novela, poema autobiográfico e autorretrato, etc.), o regime de verdade (ou a natureza realista e/ou ficcional da autobiografia) e a orientação disciplinar na concepção desses elementos (Psicanálise, Teoria Literária e História). Esses elementos de teoria aparecem e desaparecem ao sabor das demandas de cada um dos autores revisados. Rivera, repito, opta por teorias, mas não informa o que seria uma teoria ou que elementos constituiriam um tipo balizador do exame das proposições que, em conjunto, ele chama de teoria.

No início do quarto e último capítulo, penso ter compreendido o caráter de inventário tomado pelas seções precedentes. O que deseja Rivera é colocar alguma ordem na pluralidade e na divergência sobre o que ele chama de “teorias da autobiografia”. Meu pensamento, contudo, logo se desfaz, quando noto que a execução dessa seção não se diferencia das demais. Ele até que reduz o número de referências teóricas. As suas proposições, todavia, são apresentadas nos termos do capítulo anterior sem previsão de certa quantidade de “aspectos” (sem identificação dos elementos que caracterizariam a identidade do gênero biográfico).

No último parágrafo do capítulo – “a manera de colofón” (p.168) –, Rivera sintetiza o que pareceria os principais aspectos do gênero subscritos com fins individuais, fins sociais e serventia científica: “En tiempos de la ficción moderna y posmoderna [...], tal género, desde una perspectiva autocrítica, se alza como una posibilidad de reencuentro personal y pone al sujeto en el camino de su propia liberación. La autobiografía encarna teorías y métodos para la investigación histórica y, desde ella, es posible conocer fenómenos que escapan a los convencionales objetos de otras disciplinas.” Além disso, continua Rivera, “Las sociedades con distintos tipos y niveles de vulnerabilidad, así como aquellos cuyo único estilo de vida es la banal opulencia, al igual que aquellos seres humanos ubicados entre ambos os extremos, tienen en la autobiografía la oportunidad de comprender y encontrar los sentidos a su existencia.” (p.168). Essa síntese, contudo, não reflete o conteúdo do capítulo que apresenta mais de uma dezena de aspectos não classificados e não hierarquizados, abrangendo desde qualidades genéricas do texto, como incompletude, retrospectividade, imprecisão e intencionalidade (de publicação), passando pelas contribuições à existência individual (como vimos acima), construção da identidade, recuperação da memória e desenvolvimento da resiliência, até a definição fundamentada e de amplo conhecimento entre os pares, configurada na “coincidencia de la identidad de autor, narrador y personaje principal, es decir, un ‘pacto autobiográfico’” (p.141).

As duas abordagens aqui comentadas oferecem um termo de comparação para a literatura nacional recente. O primeiro, o livro *Le Perff*, é um manual singelo para a introdução aos escritos de vida sobretudo daquelas pessoas que exploram as próprias vidas sob o ponto de vista da memória pessoal. O livro não avança na fundamentação das categorias (verdade, memória, indivíduo, ser, identidade etc.) e na apresentação dos procedimentos investigativos (busca, descrição, classificação e comparação de fontes etc.). Trata-se de manual para a pessoa afastada dos ambientes acadêmicos (embora, em sua maioria, com estudos em nível superior) e é desse modo que deve ser julgado.

Assim, considerando os senões apresentados, concluímos que o livro cumpre parcialmente as suas metas ainda que deva ser lido pelo iniciante interessado. Essa sugestão tem a ver com a raridade dos estudos propedêuticos não acadêmicos no Brasil. Iniciativas desse tipo existem às dezenas em língua francesa e inglesa e espanhola, provavelmente, mas rareiam no idioma nacional. Ao menos, até o fechamento desta resenha, não encontrei um título de livro “Como escrever uma autobiografia” nos registros brasileiros do Google Acadêmico. Preenchidas as lacunas apontadas acima, seria bem-vinda a sua tradução para brasileiros.

Já os “*Aspectos teóricos*” de Rivera estão literalmente abertos à interpretação do leitor. Eles configuram um modo de ver o “gênero autobiográfico” (uma angulação) e a aparência do gênero autobiográfico (o modo como os textos se apresentam). Mas, a ausência da explicitação de uma concepção tipológica de teoria (ou da concepção de teoria explicitada por suas fontes) é o obstáculo ao conhecimento da posição do autor em termos “teóricos”. Sob tal critério, se sua meta foi “sistematizar” estudos teóricos sobre autobiografia, ela está parcialmente cumprida, na medida em que os seus quatro capítulos se apresentam como um bom e exaustivo inventário comentado. As longas jornadas analíticas não seriam

problema se o autor reiterasse algumas questões e respostas dispersas ao longo dos quatro capítulos em forma de considerações finais, seção que, inexplicavelmente, inexiste na obra. Não deixa de ser, contudo, um compêndio sobre a matéria de grande valia aos estudos propedêuticos, desde que sua leitura seja guiada por um leitor experimentado.

Sumário de *Écrire ses mémoires: astuces et conseils pour transformer ses souvenirs en un livre*

Pourquoi écrire?
Comment débiter?
Des questions pour trouver l'inspiration
Comment terminer?
Éditeur, autoédition, imprimeur...
Que peut apporter un biographe familial?
Anexes

Sumário de *Aspectos teóricos de la autobiografía*

Agradecimientos
Presentación
Prólogo
Introducción
1. Sentidos etimológicos del término “autobiografía”
2. El fenómeno autobiográfico
3. Perspectivas teóricas
4. Características de la autobiografía
Bibliografía

Resenhista



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Piragibe da Fonseca (1903-1986)”. ID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>. Email: itamarfreitas@gmail.com.

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Erinaldo Cavalcanti e Helenice Rocha | Imagens: [UNIFESSPA](#) e acervo pessoal

Contexto, conteúdo e diálogos transversais – Resenha do dossiê “Ensino de História, livro didático e formação docente”, organizado por Erinaldo Vicente Cavalcanti e Helenice Aparecida Rocha

Rafael Fiedoruk Quinzani (UFRN)

Resumo: *Ensino de História, livro didático e formação docente*, organizado por Erinaldo Vicente Cavalcanti e Helenice Aparecida Rocha, visa discutir o livro didático como ferramenta crítica. Alguns textos tangenciam o tema sem foco direto. Traz análises atuais, reflexões plurais e propõe resistências ao revisionismo.

Palavras-chave: ensino de História; livro didático; formação docente.

O dossiê “Ensino de História, livro didático e formação docente” foi lançado pela Revista Escritas do Tempo (n. 2, v. 5, 2020) sob a organização de Erinaldo Vicente Cavalcanti e Helenice Aparecida Rocha. Aqui, refletimos sobre a contribuição desse conjunto de textos para as análises sobre a contextualização, o conteúdo e os diálogos transversais possíveis do livro didático de História.



Os organizadores são intelectuais conhecidos nos domínios do Ensino de História. Erinaldo Cavalcanti é graduado em História (UPE), Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA). Helenice Rocha é graduada em História (UFF), Mestre e Doutora em Educação (UFF) e professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Quanto ao dossiê em questão, ele é apresentado como experiência literalmente contextualizada: “Toda escrita, ao grafar em palavras as experiências humanas, traz incrustadas as digitais do seu tempo” (p. 4). O dossiê é marcado por uma situação de reordenamento da vida frente à pandemia de Covid-19 e por disputas dentre diversos projetos de História escolar e acadêmica que visam se consolidar, muitos deles projetados por visões inadequadas da História, como as expressas pelo governo Bolsonaro.

Frente a essas disputas, os organizadores percebem a escrita como forma de resistência a um conjunto de forças de caráter fascista. Ora, um Ensino de História crítico é um importante enfrentamento ao fascismo. O fascismo se alimenta de uma cultura baseada no medo e na submissão. Para além de conflitos políticos, a luta contra o fascismo também se dá no campo psicossocial. Portanto, para derrotar o fascismo, transcendendo o combate à submissão dos corpos, é necessário resistir à submissão das mentes. Produzir ciência, neste contexto, é demonstrar caminhos alternativos, negar que a narrativa histórica seja transformada em um conto de fadas a serviço dos valores e interesses de determinado grupo. Obras críticas, como a resenhada, são fundamentais para que continuemos contando, por um lado, com a esperança de um futuro melhor para a sociedade humana e, por outro, na certeza de que esse futuro não será dado por elites político-econômicas, mas sim, conquistado por uma sociedade consciente e ativa. Nesse sentido, o dossiê pode ser dividido em três tipos de contribuição: os artigos que discutem a estrutura ou contexto do livro didático de História; os que tratam do conteúdo do livro didático e os que apenas tangenciam o livro didático com objeto.

No artigo “Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro”, Sonia Regina Miranda e Fabiana Rodrigues de Almeida refletem sobre as conexões entre as políticas dos livros didáticos e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), percebendo-as como territórios em disputa e batalhas de narrativas. Entendem

que “há uma relação diretamente proporcional entre o esforço contemporâneo de consolidação da BNCC e o desmonte da política pública para os livros didáticos tal como a mesma evoluiu ao longo das suas quase quatro décadas” (p. 12). Ambos os processos são influenciados por movimentos que buscam o predomínio, no ensino, de concepções ultrapassadas de História e do afastamento das universidades da construção dessas duas políticas. Acompanhando discussões do Ensino de História nos últimos anos percebemos que, em um nível básico, está significativamente conhecida a relação entre as mudanças na política pública para com os livros didáticos e a BNCC, como expresso em uma série de comentários realizados de forma oral em eventos acadêmicos. Porém, o artigo em questão é um dos poucos trabalhos, até o momento, a abordar de forma sistematizada estas mudanças.

Frente à grande quantidade de saberes necessários, a produção de livros didáticos tem se tornado uma tarefa coletiva. Assim, surge a indagação da existência ou do fim do autor nos livros escolares. No texto “Livros didáticos: autoria em questão”, Adriana Soares Ralejo e Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro empregam Michel Foucault para propor a autoria como uma função ao invés de um indivíduo. Elas afirmam, porém, que as mesmas atividades da função-autor continuam existindo atualmente nos livros escolares.

No artigo “Por que as narrativas nacionais permanecem? Revisão de literatura sobre novas perspectivas na pesquisa dos livros didáticos de história”, Maria Grever e Tina van der Vlies demonstram que os livros didáticos continuam organizando suas narrativas históricas, predominantemente, em torno da narrativa nacional, ou seja, histórias são histórias “que pensam a origem da nação e suas façanhas, bem como caracterizam as comunidades nacionais, produzidas com o objetivo de dar um sentido ao passado e fazê-lo coeso com o presente e com um projeto de futuro” (p. 42). As autoras refletem sobre o porquê dessas narrativas permanecerem presentes nos livros escolares, retomando, para tanto, o processo de construção da disciplina de História. Em seguida, apresentam as principais perspectivas de análise sobre a temática, destacando importância de uma abordagem holística do livro didático. Elas demonstram que diferentes discursos convivem neste material, inclusive narrativas que não condizem com uma interpretação focada na nação.

No texto “Narrativas sobre o nazismo e o fascismo nas coleções didáticas de História: saber escolar e demandas do tempo presente”, os conteúdos historiográficos referidos são analisados em dois livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018. Maria Aparecida da Silva Cabral e Marilu de Freitas Faricelli entendem que o contexto atual tem resultado em uma intensa guerra de narrativas. Assim, decidem observar, nas coleções, qual interpretação é apresentada sobre estes temas e demonstram que, embora as duas coleções façam diferentes reconstruções quanto ao fascismo e ao nazismo, ambas possuem importante potencial formativo, com visões críticas das ideologias fascista e nazista e uma abordagem pedagógica significativamente desenvolvida. É necessário destacar que a análise das obras do PNLD 2018 não deve pressupor que as mesmas narrativas qualificadas sobre o fascismo e o nazismo permanecerá em obras posteriores. Ainda que lançados na

conjuntura do Golpe de 2016, os livros do PNLD 2018 (publicados em 2016) ainda não tinham influência tão expressiva da ascensão fascista advinda do bolsonarismo. Novas pesquisas serão necessárias para verificar se as considerações das autoras ainda permanecem atuais.

Andressa da Silva Gonçalves e Mauro Cezar Coelho são os autores de “As narrativas didáticas sobre o bandeirante: entre a mitologia bandeirante e a crítica histórica”. Eles afirmam a importância de observarmos historicamente a narrativa do livro escolar, demonstrando que, o livro didático repercute o mito bandeirante mesmo incluindo algumas das mais recentes críticas ao mito em questão. Ao protagonizar a figura do bandeirante, eles afirmam, submetemo-nos ao mito de que o bandeirantismo foi o vetor central da expansão do território brasileiro, marginalizando uma série de atores e discussões históricas. O bandeirante permanece desnecessariamente central na narrativa da História brasileira, mas sua imagem já não é mais a de um herói. Sua experiência é solapada por análises críticas, que contribuem para desconstruir os equívocos consolidados na memória social, como a demonstração dos conflitos com povos indígenas. Enquanto os textos-base tendem a repercutir uma narrativa histórica voltada às ações dos bandeirantes, outros elementos, como boxes e atividades, colocam esta narrativa em questão. Trata-se de transformação importante, ainda que continue sendo necessário atribuir maior espaço para outros (as) agentes sociais na narrativa do livro escolar, já que, tanto para demonstrar suas ações históricas como para questioná-las, o bandeirante permanece o ator central.

No texto “A abordagem da temática indígena e da História da África nos livros didáticos: uma experiência na formação docente”, Ingrid Silva de Oliveira Leite demonstra que os livros didáticos, problemáticos em determinados aspectos, podem ser utilizados para o ensino-aprendizagem. Junto aos alunos de Licenciatura em História do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, ela desenvolveu uma “prática de oficinas utilizando os livros didáticos para refletir sobre a abordagem da História da África, da diversidade da experiência do negro no Brasil e da temática indígena” (p. 157). Em um primeiro momento, instruiu os alunos a analisarem a narrativa sobre o tema. Em seguida, considerando as críticas realizadas, os alunos propunham aulas, utilizando os livros investigados. O destaque na abordagem da autora é o fato de que a atividade não se restringiu à crítica ao livro didático. O trabalho avançou no sentido de construir propostas de uso do artefato com o objetivo de resolver esses problemas.

No artigo “O ensino de História no Brasil e seus pesquisadores: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições”, Letícia Mistura e Flávia Eloisa Caimi revisam a história do ensino de História, afirmando que a prática foi uma “batata quente” jogada da História para a Educação, e vice-versa, até os anos 70 do século passado. Concebia-se a existência de uma discussão educacional geral, que se aplicaria para qualquer conteúdo. Aos historiadores caberia prover o conhecimento do conteúdo historiográfico disponibilizado aos professores. Atualmente, essa dicotomia tem se transformado, significativamente, com a emergência do Ensino de História enquanto área específica de reflexão. Essa área tem se

transformado de forma positiva nas últimas décadas, processo que é explicado ao longo do artigo com riqueza de detalhes. A percepção desse processo de quebra de dicotomia possibilita a construção de reflexões que pensam como a pesquisa do livro didático e as próprias características deste material são afetadas pela presença de abismos ou aproximações entre as reflexões da História, da Educação e do Ensino de História.

Em “Los materiales didácticos para la enseñanza de la historia en la formación docente”, Victor Amado Salto e Alicia Graciela Funes focam nas práticas de pesquisa e formação no campo do Ensino de História. Percebem que a educação deve ser um ato radical de democratizar a democracia (p. 230). Mais que pensar materiais didáticos para os professores, é necessário construir estes materiais com os docentes. Considerando esses múltiplos agentes na produção de materiais didáticos, é possível tornar o ensino mais significativo. Os autores demonstram uma série bastante diversa de materiais produzidos com o professorado, evidenciando a variedade de objetos de acordo com as séries e os temas em questão. Ao buscar articular uma variedade de abordagens e materiais com a realidade dos estudantes, os autores entendem a contribuir para o desenvolvimento de práticas de cidadania crítica.

Miguel Angel Jara, autor de “Los materiales didácticos en la enseñanza de la historia y de las ciencias sociales en Argentina: percepciones del professorado”, trabalha sobre dados obtidos a partir de depoimentos de docentes argentinos que cursavam pós-graduação. Dentre as perguntas do questionário aplicado, indaga sobre materiais didáticos em uso, percebendo certa perda da centralidade do livro didático. Jara acredita que isso se deva ao fato de que nem todos os profissionais projetam suas aulas a partir das necessidades curriculares. Porém, pouca atenção é dada ao uso criativo do livro didático. Ao refletir sobre o porquê desta perda de centralidade, o autor elenca três fatores principais. Primeiramente, o livro didático não é tão valorizado na academia, focando-se no estudo de objetos como fontes ou imagens. Em segundo lugar, é possível que os livros didáticos não mais reflitam o currículo. Por fim, a falta de atualização dos livros escolares também pode ser um fator importante.

No artigo intitulado “Uma nova história geral didática para compreender o mundo e agir como cidadãos globais”, Ivo Mattozzi defende a necessidade de mudança na História ensinada, a fim de que não se torne irrelevante. Para opor-se a uma narrativa baseada na sucessão de fatos (sem significados para o aluno), Mattozzi discute modelos alternativos de História Geral, demonstrando possibilidades na forma de narrar a História no ambiente escolar. Dentre outros fatores, destaca a necessidade de focar eventos para além dos consagrados (como temáticas militares e político-institucionais), estabelecer relações a partir do presente e abordar a diversidade de agentes históricos. Consideramos que as discussões atuais caminham para amenizar as problemáticas supracitadas, mas estamos longe de solucionar esses problemas. Comparando as proposições do artigo à nossa experiência com a pesquisa de livros didáticos, é possível entender que os livros didáticos têm, aos poucos, atendido a estas três demandas, ainda que sob uma espécie de “remendo”

à história canônica consolidada. A singularidade da proposta do autor seria partir do próprio diálogo com o presente, bem como da busca por atender a uma pluralidade de agentes e eventos para pensar que História será contada, ao invés de realizar modificações na História Canônica para tentar minimamente incluir estes elementos.

O último artigo do dossiê é escrito por Margarida Maria Dias de Oliveira e Itamar Freitas. Em “Patrimônio e ensino de história: cinco decisões do professor”, os autores demonstram que as pesquisas atuais sobre Patrimônio e Ensino de História focam na categorização do patrimônio em termos do seu campo semântico ou na instrumentalização de práticas docentes para ensinar sobre o patrimônio. Embora interessantes no âmbito acadêmico, essas abordagens dicotômicas possuem contribuição limitada para a prática docente. Trabalhos que estabeleçam diálogo profundo entre teoria patrimonial e prática educativa ainda são escassos. Visando minimizar essa lacuna e auxiliar aos docentes com a preparação de suas práticas, os autores reiteram que os docentes que se debruçam sobre a matéria devem, em geral, refletir sobre cinco questões centrais. A discussão sobre os cinco tópicos levantados no artigo é uma importante ferramenta para o planejamento educativo. Ela pode ajudar na inclusão do Patrimônio em livros didáticos de História como objeto e meio de aprendizagem histórica, posto que o artefato é, compreensivamente, compelido a dar conta de uma grande quantidade de temáticas históricas.

Com esses comentários, em síntese, pensamos que o dossiê contribui com a pesquisa sobre o Ensino de História, na medida em que nos atualiza sobre as perspectivas de abordar o livro didático desse componente curricular. Apesar de nem todos os artigos empregarem o livro didático com objeto ou questão central, o Dossiê amplia nosso conhecimento em termos das narrativas históricas presentes no livro didático, das estruturas gerais que o compõem, das possibilidades de transformação científica e socialmente engajadas desse material. Destacamos, também, o diálogo entre múltiplas autoridades, internacionais e nacionais que, relativas ao livro didático de História. De modo geral, as pesquisas demonstram a complexa rede de relações entre transformações e permanências no livro escolar, apresentando, cada uma a seu modo, alternativas possíveis para que os livros didáticos permaneçam relacionados tanto com as áreas do conhecimento nas quais se situam como às realidades sociais a que se destinam.

Na apresentação do Dossiê “Ensino de História, livro didático e formação docente”, os organizadores destacaram que a coletânea em questão é ferramenta de luta e enfrentamentos, contendo as digitais de seu tempo, marcado por batalhas entre forças de caráter fascista e suas oposições. Após a observação dos artigos envolvidos, podemos constatar essa função. Frente aos diversos ensinamentos apresentados, o dossiê contribui para a resistência às visões deturpadas em relação à produção do conhecimento. É mais um passo à nossa caminhada em direção a uma sociedade democrática não apenas formalmente, mas também em termos de conteúdo.

Sumário de Dossiê Temático “Ensino de História, livro didático e formação docente”

Apresentação de Dossiê Temático “Ensino de História, livro didático e formação docente”
(*Escritas do Tempo*, Marabá, v.2, n.2, 2020)

[Disputas pela História, pelo Ensino e pela Docência: desafios de uma luta permanente](#)

Erinaldo Vicente Cavalcanti, Helenice Aparecida Bastos Rocha

Dossiê: [Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro](#)

Sonia Regina Miranda, Fabiana Rodrigues de Almeida

[Por que as narrativas nacionais permanecem? Revisão de literatura sobre novas perspectivas na pesquisa dos livros didáticos de história](#)

Maria Grever, Tina van der Vlies

[Narrativas sobre o nazismo e o fascismo nas coleções didáticas de História: saber escolar e demandas do tempo presente](#)

Maria Aparecida da Silva Cabral, Marilu de Freitas Faricelli

[O ensino de História no Brasil e seus pesquisadores: breves notas sobre uma herança de tensões e proposições](#)

Letícia Mistura, Flávia Eloisa Caimi

[Livros didáticos: autoria em questão](#)

Adriana Soares Ralejo, Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro

[As narrativas didáticas sobre o bandeirante: entre a mitologia bandeirante e a crítica histórica](#)

Andressa da Silva Gonçalves, Mauro Cezar Coelho

[A abordagem da temática indígena e da História da África nos livros didáticos: uma experiência na formação docente](#)

Ingrid Silva de Oliveira Leite

[Patrimônio e ensino de história: cinco decisões do professor](#)

Margarida Maria Dias de Oliveira, Itamar Freitas

[Uma nova história geral didática para compreender o mundo e agir como cidadãos globais](#)

Ivo Mattozzi

[Los materiales didácticos para la enseñanza de la historia en la formación docente](#)

Victor Amado Salto, Alicia Graciela Funes

[Los materiales didácticos en la enseñanza de la historia y de las ciencias sociales en Argentina: percepciones del profesorado.](#)

Miguel Angel Jara

Resenhista



Rafael Fiedoruk Quinzani é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Licenciado (2019) e Bacharel (2020) em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Entre outros trabalhos, publicou “Abordagem da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) na segunda edição do livro didático História em Movimento”, em parceria com José Iran Ribeiro. É membro da Equipe Editorial da *Revista Espacialidades*. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9620428465140405>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2332-6877>. E-mail: rafaelfiedorukquinzani@gmail.com.

Para citar esta resenha

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos (org.). Dossiê: Ensino de História, livro didático e formação docente. In: *Revista Escritas do Tempo*. Marabá, v.2, n.5, p.4-264, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/issue/view/27>>. Acesso em: 30 mar. 2021. Resenha de: QUINZANI, Rafael Fiedoruk. Contexto, conteúdo e diálogos transversais. *Crítica Historiográfica*, v.2, n.4, p.40-48, mar./abr., 2022. ID DOI: [10.29327/254374.2.4-5](https://doi.org/10.29327/254374.2.4-5)

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).

Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Antonio de Ruggiero | Imagem: [PUC-RS / Acervo pessoal do autor](#)

Buscando memórias – Resenha de *Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes*, de Antonio de Ruggiero e Leonardo de Oliveira Conedera

Maria Luiza Pérola Dantas Barros (UFRJ)

Resumo: *Entre a Itália e o Brasil Meridional*, organizado por Antonio de Ruggiero e Leonardo de Oliveira Conedera, visa explorar memórias de imigrantes italianos via História Oral. Faltam definições conceituais e maior problematização em alguns capítulos. Contribui com exemplos metodológicos e reflexão identitária.

Palavras-chave: imigração italiana; História Oral; memória coletiva.

Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes, organizado por Antonio de Ruggiero e Leonardo de Oliveira Conedera, apresenta estudos de caso de pesquisadores brasileiros sobre a temática da História da Imigração Italiana a partir de fontes orais que, ao possibilitarem uma variação de escalas entre a história individual e a grande história, permitiriam compreender a memória coletiva como a lembrança de um passado comum dentro de uma comunidade que constrói e reconstrói identidade compartilhada.



Segundo Maria Lusitana Santos (2012, p.161), a memória seria um tema popular na produção cultural de sociedades desenvolvidas. Podemos dizer que a memória ascendeu como importante fonte no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em virtude das tentativas de se apagar as fontes oficiais. Os testemunhos do vivido por vítimas dos campos de concentração e extermínios, por exemplo, surgem como um registro de um passado que não poderia ser esquecido, conferindo à História Oral um dos expedientes empregáveis para pesquisadores de História.

Ao longo do tempo, muitos estudiosos buscaram definir seu entendimento acerca da memória. Para Santo Agostinho, ela seria uma das categorias fundamentais da alma; para Freud, seria representação que incluiria a vida psíquica consciente e inconsciente do indivíduo; para Halbwachs, ela se construiria a partir das vivências de grupos sociais onde a memória individual seria um ponto de vista da memória coletiva. Em suma, pensar em memória envolve considerar a heterogeneidade a partir da singularidade, por exemplo. Podemos dizer que essa visão constituiria o cerne da obra resenhada.

Ainda na apresentação, Ruggiero e Conedera inserem a obra no contexto de ampliação dos estudos que se valem da metodologia da História Oral. Segundo os organizadores, nesse vasto grupo residiriam pesquisas relacionadas às representações e memórias identitárias herdadas pelos descendentes de imigrantes, que chegaram ao Brasil no final do século XIX e no início do século XX, e sobre as mobilidades humanas mais recentes.

Além de aspectos individuais, um estudo como esse deixaria transparecer uma tipologia de memória no que se refere a uma memória coletiva que construiria e reconstruiria uma identidade compartilhada.

No capítulo 1, intitulado “Crenças e práticas de cura entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – Século XX”, as autoras Karina Bortolanza e Máira Inês Vendrame se propõem a analisar as entrevistas de descendentes de imigrantes residentes na comunidade São José, da qual também fazem parte, buscando compreender as explicações conferidas a determinadas práticas de cura de alguns que se diziam detentores de poderes sobrenaturais e a relação entre tais procedimentos e a experiência de mulheres que atuavam como benzedoras (p.19).

Após demarcarem o entendimento de História Oral como um meio de conhecimento (p.17), as autoras deixam claro pontos importantes da sua aplicação na pesquisa em

questão, a exemplo do tipo de entrevista utilizada e da escolha dos entrevistados. Um dos pontos positivos desse capítulo seria a problematização, indo de encontro a uma historiografia tradicional, sobre a busca por curandeiros que não dever ser compreendida apenas pela ausência de médicos na região já que muitas dessas práticas se faziam presentes no início da ocupação e continuaram a existir, tensionadas, por vezes, pela presença de uma sociedade médica no local (p.23). As autoras, por outro lado, não apresentam a compreensão do que consideraram “práticas de cura”. No início, pensamos serem algo amplo, depois vemos que tais práticas são mais voltadas ao ato de benzer as pessoas, por exemplo. As autoras também se valem da categoria “ritos de magia” ou “ritos mágicos” sem apresentarem, de maneira clara e consistente, uma definição para o que elas entendem por magia, rituais e até mesmo bênção.

No capítulo 2, intitulado “Um grupo minoritário: relatos sobre a vivência italiana do nordeste gaúcho”, Vicente Dalla Chiesa explora o período de meados da década de 1930 a meados da década de 1960 com o objetivo de apresentar a vivência do preconceito por parte de comunidades metodistas que residem numa área de predomínio católico.

Nesse ponto entra a contribuição, para Chiesa, da História Oral. Ela dá a ouvir vozes que, de outra maneira, estariam silenciadas nos relatos oficiais (p.40). O autor apresenta, ao longo do artigo, suas escolhas em relação aos relatos, a organização do texto por cortes temáticos, informando, inclusive, que as declarações se referiam a um lapso de tempo no qual a presença metodista teria sofrido uma retração (p.41).

O autor afirma o valor da fonte, dizendo não se tratar “de um relato de perseguições produzido por uma fonte metodista, o que reforça sua verossimilhança” (p.42). Contudo, o fato de o relato não ter partido de um metodista não o isenta de ser alvo de problematização. Outro ponto frágil está na passagem sobre a queima das bíblias metodistas (p.51). Compreendemos que o foco do trabalho são as perseguições sofridas pelos metodistas. Mas, é interessante notar como, a partir dos trechos das entrevistas apresentadas pelo autor, os depoentes justificavam as perseguições por serem eles considerados “inimigos de Cristo”, ao mesmo tempo em que há uma adoção desse mesmo discurso, por parte dos metodistas, num sentido contrário (como é possível notar no opúsculo mencionado cujo título pode ser traduzido para “Discurso sobre a queima das Bíblias feitas pelos inimigos de Cristo”, de autoria de Mateus Donati). Tal circularidade de discurso, se assim pudermos nominar, não é problematizada pelo autor. Apenas na página 63, no contexto das observações finais, o autor menciona breve e superficialmente que seria importante lembrar como as minorias religiosas historicamente teriam se estruturado em torno da ideia de serem portadoras do real conhecimento e de uma missão divina.

Em tons modestos, no capítulo 3, intitulado “Indústria têxtil na colônia italiana no Sul do Brasil: da pesquisa documental à história oral”, Vania B. M. Herédia se propõe a escrever a trajetória da primeira grande indústria têxtil da Região de Colonização Italiana no Sul do Brasil (p.69), a Cooperativa Têxtil de Galópolis. Posteriormente, a autora se mostra consciente dos limites da pesquisa histórica quando afirma que a análise apresentada recuperava parte de uma história que começa no século XIX, na Itália, e se estende a outro

país (p.85). Segundo a autora, as fontes orais são importantes para reescrever muitos espaços de compreensão, por exemplo (p.70).

Apesar da importância dos relatos orais para a sua pesquisa, o que vemos no decorrer do texto é a utilização de poucos relatos, apresentados de forma genérica. No pacote de “entrevistados”, a autora coloca operários e ex-operários cuja feições são esmaecidas pela falta de informação sobre os mesmos (quem eles eram? Não sabemos ao certo!). São indivíduos que, em suma, não aparecem em sua individualidade, se opondo, em termos, a prerrogativa anunciada no início da obra: ouvir as vozes que seriam silenciadas pelas fontes oficiais. Outro ponto problemático é o fato de a autora anunciar, ao início de seu texto (p.71), que se valeria de fontes complementares para seu estudo, como a fotografia, mas nos apresenta imagens desconectadas da sua narrativa e empregadas como simples ilustrações (p.77-78).

No capítulo 4, intitulado “Memórias orais arquivadas: a escolarização de imigrantes no meio rural na região nordeste do Rio Grande do Sul (1910-1940)”, Luciane Sgarbi Santos Grazziotin explora a cultura escolar nos Campos de Cima da Serra Gaúcha, partindo de relatos orais de quinze sujeitos. Tais relatos foram selecionados no Acervo de Memória Oral (AMO) e no arquivo pertencente à Universidade de Caxias do Sul, tendo por filtro as entrevistas que tratavam das práticas de escolarização adotadas pelos moradores da região.

A autora deixa claro que a intenção do estudo não é a de salientar especificidades regionais e culturais, mas partir de um mosaico que a pesquisa em História da Educação ajude a organizar (p. 91). Ao apresentar os entrevistados e incorporar os relatos no decorrer da narrativa, a autora consegue materializar as suas ideias de maneira linear para a (o) leitora (o). A grande contribuição desse trabalho se deve ao entendimento mais amplo do que viria a ser cultura escolar, como algo para além da materialidade, que envolve formas específicas de ensino, práticas singulares às culturas do lugar, inclusive na zona rural, aulas domiciliares com professores pagos pelos pais e pequenas escolas mantidas pela comunidade (p.107).

Entretanto, além da falta de cuidado com as notas de rodapé (que inexistem a partir do número 16), a autora parece desconsiderar a transformação do conteúdo das memórias individuais ao afirmar que o seu estudo “inventariou, assim, os traços, gestos e indícios que sobreviveram [...]”. (p.90)

No capítulo 5, intitulado “História Oral e narrativas biográficas no estudo da trajetória do marmorista italiano Leone Lonardi”, Regina Zimmermann Guilherme propõe demonstrar como utilizou as metodologias da História Oral em sua dissertação de mestrado, onde buscou entender o universo dos imigrantes qualificados que participaram do desenvolvimento urbano de Porto Alegre, desde o final do século XIX, a partir da trajetória do marmorista italiano Leone Domenico Lonardi (p.115).

Com toda certeza podemos afirmar que, ao pontuar suas escolhas teóricas e metodológicas (o trabalho sistemático de categorização das fontes, produção de textos sínteses, observação da documentação e imersão em novos questionários), a autora, para além da

pesquisa de extrema relevância, acaba fornecendo um guia para a (o) leitora (o) que queira se enveredar por caminhos semelhantes. Assim, compreendendo os depoimentos orais como passíveis a múltiplas interferências e contradições (p.121), ela os demarca como de suma importância para a análise da trajetória de Lonardi e realização de pequenas biografias de indivíduos que se relacionaram com ele, a fim de reconstruir sua rede de sociabilidade (p.133).

Lamentavelmente, a autora não adequa alguns trechos citados da dissertação ao gênero capítulo de livro (p.119, n.7), repete informações (notas 18 e 23, por exemplo) e escreve de modo saudosista (como se estivesse a incorporar como suas as memórias dos entrevistados) que “as pessoas são definidas por suas posses, pelos seus bens” (p.134).

No capítulo 6, intitulado “Um Lucano no Novo Mundo: a trajetória de Guiseppe Antonio Marramarco em Porto Alegre”, Leonardo de Oliveira Conedera busca analisar a trajetória do imigrante italiano em questão, um dos muitos peninsulares que desembarcaram no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial, corroborando com os estudos a respeito do processo migratório italiano no contexto brasileiro (p.138).

Entendendo o ato de lembrar como uma reelaboração das vivências de um tempo pregresso com as percepções do hodierno (p.144), o autor não economiza elogios para ressaltar a trajetória de sucesso do migrante que, além de empreendedor (p.148), constituiu família, se dedicou ao trabalho voluntário (era um indivíduo caridoso), e levava esperança aos enfermos e presidiários no Estado no qual escolheu viver (p.154). A vida contada não tem problemas e nem conflitos. Isso só é matizado quando o autor pontua, ao tratar da criação do Instituto de Assistência Social aos Italianos (IASI), que nem sempre a experiência de mobilidade revela-se exitosa (p.153).

Completamente diferente dos capítulos anteriores, que traziam relatos de imigrantes analisados pelas (os) pesquisadoras (es), o capítulo 7, intitulado “‘Eu ficava ali, olhando o céu’: Narrativas, imagens, objetos, personagens e lugares em pesquisas etnográficas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil e na Itália”, apresenta as memórias da própria autora, Maria Catarina Chitolina Zanini. A autora apresenta a importância da memória a partir do binômio pesquisador/pesquisado, mas o que lemos é justamente uma pesquisadora que, implicitamente, abre-se ao público leitor, objetivando analisar o papel desempenhado pelas imagens, objetos, lugares e personagens nas narrativas acerca do pertencimento ao “mundo italiano”. Tais elementos, para a autora, seriam portadores de *mana*, ou seja, de uma energia especial e de um poder simbólico (p.159).

Zanini trata de toda sorte de objetos, das emoções a eles relacionadas, e mesmo de paisagens e seu relevante papel nos pertencimentos, construções identitárias e emoções (p.161). Além disso, a autora relata eventos que marcaram sua experiência de pesquisadora, se valendo de fotografias dispostas em sequência.

Depois de sintetizados e comentados os capítulos em seus prós e contras, é possível afirmar que o título da obra não fornece a devida dimensão ao leitor sobre o que nela é abordado, a partir do esforço das pesquisadoras e dos pesquisadores de buscar a

compreensão de um todo amplo e plural, por exemplo, partindo de narrativas individuais. O livro fornece informações sobre como fazer uma pesquisa e comunica a experiência memorialística de quem, há anos, trabalha na área. A obra nos apresenta as várias faces contidas na aplicação da História Oral. Com a leitura, é possível perceber as inúmeras potencialidades envolvidas em sua utilização, mas também os perigos que a rondam como, como a falta de problematização dos relatos, a diluição dos indivíduos em grupos de entrevistados ou mesmo a exaltação demasiada de entrevistados na narrativa.

Referências

GIL, Isabel Capeloa. *Olhando as memórias dos outros...* Uma ética da fotografia de Freud a Daniel Blaufuks. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro; VIEIRA, Elisa Maria Amorim; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Imagem e Memória*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012, p.159-190.

Sumário de *Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes*

Apresentação | Antonio de Ruggiero e Leonardo de Oliveira Conedera

1. Crenças e práticas de cura entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul – Século XX | Karina Bortolanza e Maíra Ines Vendrame
2. Um grupo minoritário: relatos sobre a vivência metodista na colônia italiana do nordeste gaúcho | Vicente Dalla Chiesa
3. Indústria têxtil na colônia italiana no Sul do Brasil: da pesquisa documental à história oral | Vania B.M Herédia
4. Memórias orais arquivadas: a escolarização de imigrantes no meio rural na região nordeste do Rio Grande do Sul (1910-1940) | Luciane Sgarbi Santos Grazziotin
5. História oral e narrativas biográficas no estudo da trajetória do marmorista italiano | Leone Lonardi e Regina Zimmermann Guilherme
6. Um Lucano no Novo Mundo: a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco em Porto Alegre | Leonardo de Oliveira Conedera
7. “Eu ficava ali, olhando o céu”: Narrativas, imagens, objetos, personagens e lugares em pesquisas etnográficas com descendentes de imigrantes italianos no Brasil e na Itália | Maria Catarina Chitolina Zanini

Resenhista



Maria Luiza Pérola Dantas Barros é doutoranda em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Publicou, entre outros textos, “O trabalho com as fotografias no ensino da segunda guerra mundial: um estudo comparado das coleções do PNLD 2018”, O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943) e A Revolução Mexicana nos livros didáticos de História do PNLD 2018. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8314320909129692>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1990-9017>. E-mail: malupedanbar@gmail.com.

Para citar esta resenha

RUGGIERO, Antonio de; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (Orgs.). Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, 179p. Em busca de memórias. Resenha de: BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas Barros. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.4, p.46-52, mar./abr., 2022. ID DOI: [10.29327/254374.2.4-7](https://doi.org/10.29327/254374.2.4-7).

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).